BICENTENÁRIO MINO CARTA LEMBRA A VERDADEIRA HISTÓRIA DO GRITO DO IPIRANGA E RECORRE A LIMA BARRETO: "O BRASIL NÃO TEM POVO, TEM PÚBLICO". **LUIZ GONZAGA BELLUZZO** EVOCA MACHADO DE ASSIS E ULYSSES GUIMARÃES E LAMENTA A INCAPACIDADE DO PAÍS DE ALCANÇAR A MODERNIDADE

ANO XXVIII Nº 1225 R$ 27,90
14 DE SETEMBRO DE 2022

CELEBRAÇÃO CRIMINOSA

NAS BARBAS DA JUSTIÇA, BOLSONARO TRANSFORMA O 7 DE SETEMBRO EM COMÍCIO ELEITORAL OFENSIVO E VULGAR

CartaCapital
14 DE SETEMBRO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1225

O Chile mantém a Constituição herdada do ditador Pinochet. Pág. 42

Seu País

Capa: Pilar Velloso. Fotos: Wilton Júnior/ Estadão Conteúdo e Simplício Rodrigues Sá/ Museu Imperial

Economia

Nosso Mundo

Plural

MARTIN BERNETTI/AFP E ROBERTO CASTRO/MTUR

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555
CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

POVO ABANDONADO

O povo brasileiro é vítima de si mesmo ou vítima de uma elite desalmada que só pensa em si mesma? A filósofa e escritora Hannah Arendt chegou à conclusão de que o mal praticado por Adolf Eichmann, o arquiteto do Holocausto, não era demoníaco, mas algo que fazia parte da rotina de trabalho dos nazistas. A ascensão dos regimes totalitários está explicada na banalização do mal. Talvez o nosso povo desmereça o mal que faz a si mesmo, ainda a acreditar em figuras como Bolsonaro e a crer numa mídia que vende inverdades para se manter viva perante uma elite que odeia e despreza o povo.

Paulo Sérgio Cordeiro

CRIME NÃO É OPINIÃO

Estes empresários bolsonaristas deveriam ser presos e acusados de traição à pátria. Não é ditadura o que desejam?

Georges Azzam

Será que as condições de trabalho nas lojas desses senhores são adequadas? Tão preocupados com o mercado, levantemos o tapete.

J.C. Tavares

LOBO À ESPREITA

Neste momento obscuro em que a sociedade se mostra perdida e optando pelo que há de pior, parabenizo Alexandre de Moraes pela defesa da democracia.

Paulo Carlos

Moraes representa a democracia, enquanto a "tchutchuca" do Centrão é mais uma peça gasta do fascismo que não emplaca.

Yvone Assali

Neste desgoverno, tudo cai sobre os ombros de Moraes, no STF, como último pilar. Precisamos tomar as ruas em defesa de nossas vidas e pela democracia.

Nani Lee

OS (DES)ENCANTOS DA PRIVATIZAÇÃO

A análise de Luiz Gonzaga Belluzzo é precisa em relação ao real papel das estatais. É fácil falar em privatizar quando o maior investimento já foi feito pelo Estado, usando o suado dinheiro dos impostos do povo brasileiro, que pagou pela empresa em questão. O empresário nacional não corre riscos e fica esperando as benesses e iniciativas governamentais para, somente então, comprar o que está pronto e funcionando. Imagina se o pré-sal teria sido descoberto e desenvolvido se dependesse apenas da iniciativa privada?

Adilson Roberto Gonçalves

NÃO SOMOS IGUAIS

Os evangélicos progressistas precisam ajudar no combate às *fake news* religiosas. Sabemos que o fanatismo existe em todo grupo, mas devemos combatê-lo.

Mônica Lemos

A ACELERAÇÃO DA MONKEYPOX

No momento em que mais precisamos de um ministro da Saúde que se dedique à população, ganhamos outro politiqueiro. Que o desgoverno acabe logo.

Ivo Barbosa

HERÓI PARA QUEM?

Claramente, Mikhail e seu legado ambíguo são símbolos de heroísmo aos EUA.

Ícaro Freitas

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Degustação de dados

O Ministério Público Federal abriu inquérito para investigar possíveis irregularidades em dois acordos de cooperação fechados entre o Ministério da Economia, a Federação Brasileira de Bancos e a Associação Brasileira de Bancos. Os termos permitem que as instituições financeiras tenham acesso a dados biográficos e biométricos de cidadãos, cadastrados na base de dados da Identidade Civil Nacional e na plataforma "gov.br", a título de "degustação experimental". A investigação foi revelada pelo jornal *O Globo*.

Eleições 1/ Indulto de papel

O TRE do Rio de Janeiro nega o registro da candidatura de Daniel Silveira

Por 6 votos a 1, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro rejeitou, na terça-feira 6, o registro do deputado federal Daniel Silveira, candidato a senador pelo PTB de Roberto Jefferson. Em abril, o Supremo Tribunal Federal condenou Silveira a oito anos e nove meses de prisão por estimular atos antidemocráticos e ameaçar instituições, entre elas o próprio STF. Além da pena, a Corte determinou a suspensão dos seus direitos políticos e o pagamento de multa de 192 mil reais.

Jair Bolsonaro concedeu ao deputado, contudo, o indulto da graça, uma espécie de perdão da pena. "Embora tenha sido beneficiado pelo indulto no dia seguinte à condenação, é pacífico o entendimento de que tal ação não afasta os efeitos extrapenais, entre eles, a inelegibilidade. Ao contrário da anistia, o indulto gera somente a extinção da punibilidade", explicou o relator Luiz Paulo da Silva Araújo, seguido pela maioria da Corte.

O ex-juiz parece desconhecer as regras do jogo eleitoral

Eleições 2/ POLÍTICO AMADOR

MORO É ALVO DE BATIDA DA PF POR MATERIAL DE CAMPANHA IRREGULAR

Surpreendido por uma visita da Polícia Federal no sábado 3, o ex-juiz Sergio Moro, candidato ao Senado no Paraná pelo União Brasil, apressou-se em responsabilizar o PT pelo infortúnio. Apesar de a reclamação ter sido apresentada pelo partido, foi a juíza Melissa de Azevedo Olivas quem determinou o cumprimento de um mandado de busca e apreensão de materiais de campanha em seu apartamento. E a razão é simples: no registro da candidatura, Moro informou o seu endereço como o de seu escritório político.

Na decisão, a magistrada aponta uma série de irregularidades cometidas pelo candidato. No Twitter, no Instagram e em seu *site*, o ex-juiz "sequer menciona o nome dos suplentes, em absoluta inobservância à legislação eleitoral". Em *banners* e santinhos impressos, acrescenta Olivas, "é evidente a desconformidade entre o tamanho da fonte do nome do candidato a senador relativamente à dos suplentes".

Um dos suplentes que Moro tentou esconder é o empresário Ricardo Guerra, que figurava como maior doador da campanha do ex-juiz até a segunda-feira 5, como revelou o portal Metrópoles. Ele fez três repasses que totalizam 259 mil reais e é o segundo suplente na chapa, a contar, ainda, com o advogado Luís Felipe Cunha.

Funai/ Criminoso aparelhamento

Fiscalização no Vale do Javari desabou após exoneração do indigenista Bruno Pereira

Pereira foi punido por cumprir seu dever

Em junho, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram brutalmente assassinados no Vale do Javari, oeste do Amazonas, por integrantes da máfia da pesca ilegal que atua na região. Funcionário de carreira da Funai, Pereira foi exonerado da Coordenação de Índios Isolados ou Recém-Contatados em outubro de 2019, após liderar uma operação que resultou na destruição de 60 balsas do garimpo clandestino. Agora, o próprio órgão de proteção indígena reconhece, em resposta a um pedido da *Folha de S.Paulo* por meio da Lei de Acesso à Informação, que as ações de fiscalização despencaram após a saída do servidor.

Nos dois anos em que o indigenista ocupou o cargo, 2018 e 2019, a Funai realizou 12 operações de fiscalização e monitoramento no Vale do Javari, todas com a participação de Pereira. Nos dois anos seguintes à exoneração, 2020 e 2021, foram apenas cinco, menos da metade.

Punido por cumprir o seu dever, Pereira pediu licença não remunerada da Funai para atuar como assessor na União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, a Univaja, onde acreditava ser possível trabalhar livre das interferências políticas. Sem a proteção institucional do órgão estatal, ficou, porém, mais exposto aos criminosos da floresta. E pagou com a vida.

Pesarosa despedida

Emanoel Araujo, referência das artes plásticas de raiz afro-brasileira, morreu na quarta-feira 7 em sua casa, na cidade de São Paulo, aos 81 anos. O velório ocorreu no pavilhão do Museu Afro Brasil, que será rebatizado com o nome de Araujo, curador da instituição desde a sua fundação, em 2004, até sua morte. Ao longo de seis décadas, o artista plástico construiu uma carreira múltipla, como desenhista, ilustrador, figurinista, cenógrafo, pintor e curador, sempre valorizando o legado negro para a cultura nacional.

Racismo/ COMO NOS TEMPOS DA CHIBATA

CAPITÃO DA MARINHA É PRESO APÓS CHAMAR SKATISTA DE "PRETO DE MERDA"

O capitão-tenente da Marinha Joanesson Stahlschmidt, de 36 anos, foi preso em flagrante por injúria racial no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, após insultar o professor de skate Jagner Macêdo Santos, de 33 anos, chamando-o de "preto de merda". O militar andava de bicicleta em uma ladeira, quando foi avisado por Santos que o local era reservado a skatistas. Irritado, Stahlschmidt começou a xingá-lo.

Ao depor, o capitão alegou ter sido agredido fisicamente e negou ter feito qualquer menção racial. Em um vídeo divulgado pela vítima nas redes sociais, é possível, porém, ouvir claramente Stahlschmidt chamá-lo de "preto de merda" ao menos duas vezes.

Em nota, a Marinha diz repudiar qualquer ato de intolerância. Nem sempre foi assim. Em 1910, marinheiros da Baía de Guanabara se amotinaram contra os castigos físicos impostos aos marujos de baixa patente, em geral negros e mestiços. A Revolta da Chibata forçou o presidente Hermes da Fonseca a abolir essa forma de punição e a perdoar os revoltosos. A anistia não foi, porém, respeitada. Ao menos 22 marujos foram presos e enviados para a Ilha das Cobras, onde acabaram torturados, e muitos foram punidos com trabalhos forçados nos seringais do Acre.

Ao depor, o militar negou a ofensa racial, registrada em vídeo

MUSEU AFRO BRASIL, REDES SOCIAIS, CARLOS COSTA/CMC, BILLY BOSS/AG. CÂMARA E DANIEL MARENCO/AG. O GLOBO

A Semana

JONATHAN BRADY/POOL/AFP

Reino Unido/ A mais longeva

A rainha Elizabeth 2ª morre aos 96 anos

A rainha Elizabeth 2ª, que por sete décadas ocupou o trono do Reino Unido, morreu nesta quinta-feira 8, aos 96 anos. Charles, o príncipe herdeiro, deve sucedê-la no comando da monarquia. A morte foi confirmada pelo Palácio de Buckingham pouco depois de a família mais próxima ser chamada às pressas a Balmoral, na Escócia, onde a rainha passava o verão.

Dias antes, em uma de suas últimas aparições públicas, Elizabeth deu posse à nova primeira-ministra britânica, Liz Truss. Pela primeira vez na história, a cerimônia foi realizada no Palácio de Balmoral. Até então, todos os *premiers* anteriores haviam sido nomeados no Palácio de Buckingham, em Londres.

Há tempos a saúde da rainha despertava preocupação entre os britânicos. Em outubro de 2021, passou uma noite no hospital, por motivos não revelados pela família real. Desde então, Elizabeth chegou a cancelar a participação em diversos eventos públicos, em decorrência de "problemas de mobilidade". Em maio, foi substituída pelo príncipe Charles na abertura oficial dos trabalhos no Parlamento do Reino Unido. Em fevereiro deste ano, a monarca chegou a receber o diagnóstico de Covid-19, mas logo se recuperou da doença.

Elizabeth passará para a história como a soberana britânica de mais longo reinado. Em julho de 2015, ela superou os 63 anos e cinco meses de trono da rainha Vitória (1837-1901), que, no entanto, gozava de maior prestígio e poder, por controlar um vasto império colonial.

Punhos de ferro

Liz Truss, a nova líder do Partido Conservador, assumirá o governo do Reino Unido em uma conjuntura adversa. Por conta da guerra na Ucrânia, o país voltou a ser assombrado pela inflação, sobretudo na conta de energia, e corre o risco de enfrentar um turbulento período de recessão e greves. Na disputa interna, a ex-ministra das Relações Exteriores de Boris Johnson obteve 57,4% dos votos dos 172 mil filiados da legenda. Admiradora de Margaret Thatcher, ela é entusiasta do livre comércio e encarna a ala mais à direita do Partido Conservador. Defende, por exemplo, a política de deportação de imigrantes ilegais para Ruanda e prometeu, em campanha, firmar parcerias semelhantes com outros países.

ESTHER SOLANO

Juntas podemos derrotá-lo

▶ Há pautas que aproximam mulheres progressistas e conservadoras. Não é o momento de reforçar as divergências, e sim de unir forças para derrotar o monstro que hoje ocupa o Palácio do Planalto

Temos um presidente que odeia mulheres. É um misógino de livro, um caso de estudo protótipo de curso introdutório de feminismo para principiantes. Um misógino que se sente agredido cada vez que uma mulher empoderada se coloca na frente dele, cada vez que uma mulher, que deveria respeitar seu lugar de submissão e silêncio, ousa levantar a voz. Uma mulher que o questiona é algo intolerável. Um misógino que se sente pequeno, medíocre, confrontado com uma mulher forte que o interpela e por isso responde da única forma que sabe responder, com a violência dos medíocres.

Os ataques contra a jornalista Vera Magalhães e a advogada Gabriela Prioli unem-se a tantos outros episódios de violência machista que o presidente tem protagonizado ao longo destes anos. Deixo aqui o meu abraço e meu carinho a todas as mulheres que levantaram a voz contra o monstro e foram agredidas por ele ou suas milícias. Esses capítulos fúnebres da história brasileira só demonstram uma coisa: somos muito fortes e os machistas morrem de medo de nós. O feminismo está vencendo e isso os apavora.

Os machistas não conseguem lidar com um mundo onde as mulheres não tenham mais vergonha de discordar publicamente, porque isso as coloca frente a frente com suas imensas limitações. No fundo, a violência deles significa que estamos ganhando a batalha, e eles sabem disso. Podemos vencer esta eleição. Somos mais da metade do eleitorado e estamos preferencialmente do lado de Lula, mas precisamos de ainda mais mulheres. O eleitorado feminino precisa virar as costas ao monstro um pouco mais.

Semana passada, lançamos o livro *Feminismo em Disputa* (Boitempo), escrito em parceria com as maravilhosas e muito admiradas Camila Rocha e Beatriz Della Costa. Nele, apresentamos resultados de nossas pesquisas com mulheres conservadoras que votaram em Bolsonaro e, hoje em dia, estão desiludidas ou arrependidas. A ideia do livro é tentar aproximar posturas com elas, tentar estabelecer pontes de comunicação e diálogo, construir pautas que nos aproximem para concordar numa agenda de convergência.

O primeiro dado relevante é que as mulheres entrevistadas têm um claro desejo de ser escutadas, de conversar sobre a experiência delas, sobre o cotidiano de ser mulher. Há espaço para o diálogo e isso não é um dado trivial. O segundo é que há pautas importantíssimas que nos aproximam e que são consensuais, sobretudo estas: **1.** A importância da independência financeira da mulher, a conquista do espaço público, educativo, político, profissional, a luta pela igualdade de oportunidades. **2.** A percepção da realidade do machismo tanto na esfera de sociabilidade micro como no espaço institucional macro. **3.** A rejeição frontal à violência machista.

São essas vitórias grandiosas do feminismo que aproximam mulheres aparentemente opostas, mulheres que votaram em Bolsonaro com outras que jamais o fariam, mulheres que se definem como evangélicas e católicas com mulheres ateias, mulheres cuja identidade é conservadora com mulheres cuja identidade é progressista. Simultaneamente ao debate dos presidenciáveis na Band, estava conduzindo alguns grupos focais com mulheres evangélicas que tinham votado em Bolsonaro em 2018 e estavam em dúvida para esta eleição. Foi unânime e ostensiva a reação de repúdio ao ataque contra Vera Magalhães. Elas se sentiram agredidas também. Quando Bolsonaro fala coisas como “vocês preferem a Lei Maria da Penha ou uma pistola?” desagrada a muitas mulheres que votaram nele em 2018.

Há espaço para conversar mais e mais com mulheres que acreditaram no monstro em 2018 e que, hoje, percebem a cilada na qual entraram. Mulheres às quais nos unem algumas questões como as citadas anteriormente e das quais outras nos separam. Vamos focar então nas questões que nos unem e deixar para outro momento as questões que nos separam. Política é negociação, habilidade, concessão, estratégia, saber utilizar os momentos e as oportunidades. Vamos focar, neste curto período de tempo eleitoral, nos consensos que aproximam mulheres conservadoras e progressistas.

Vamos utilizar um vocabulário cuidadoso para nos comunicar com elas, que não provoque bloqueios cognitivos e constrangimentos. A urgência política impõe que sejamos inteligentes negociadoras, se quisermos ganhar esta eleição com a maior margem possível. Depois, com a vitória na mão, negociaremos outras pautas, outros léxicos que hoje nos afastam, mas que no futuro podem nos aproximar.

Conversemos com as mulheres. Juntas podemos derrotar o monstro. •

redacao @cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Em vez do cavalo branco de Napoleão houve um muar

A INDEPENDÊNCIA DESPERCEBIDA

O GRITO DO IPIRANGA NÃO FOI COMO A ICONOGRAFIA OFICIAL O REGISTRA

por MINO CARTA

Na iconografia oficial, entregue ao pincel de Pedro Américo, Dom Pedro I monta o cavalo branco de Napoleão. Eu conheço outra versão do evento que se deu nas alturas do atual bairro do Ipiranga, então invadido por um renque de bananeiras. De verdade, a montaria era um modesto, paciente muar. Dom Pedro almoçara na vivenda da Marquesa de Santos, no litoral, e partira logo após sem maior alarde. Os frutos do mar propiciados pelos escravos cozinheiros provavelmente eram infiéis, ou seja, não muito católicos, e o jovem soberano subiu a serra acometido por uma crise intestinal.

Protegido pelas bananeiras do Ipiranga, ele atendeu às injunções indesejáveis para livrar-se do impiedoso incômodo desrespeitoso da linhagem do imperador. Não se sabe por que Dom Pedro vinha a São Paulo, mas o lugar da proclamação é mesmo aquele. E se houver um vilão neste entrecho antes de Pedro, convém citar o pai Dom João VI, aquele que nun-

Em lugar do povo temos público, advertia Lima Barreto

ca tomava banho e disso se gabava. Ocorre que, quando as tropas bonapartistas do general Junot se aproximavam de Lisboa, o rei embarcou e transferiu a capital do império lusitano para o Brasil, primeiro em Salvador e, finalmente, no Rio de Janeiro.

Foi então que o Brasil se curvou aos pés da cultura francesa e vieram poetas e artistas de segunda linha para enfeitar a corte portuguesa. A proclamação, talvez gerada por um momento de irritação, para a população brasileira, incluindo uma maioria de escravos, não foi percebida. Não sabia aquele povo de escravos e cidadãos prepotentes de uma independência selada de inopino sem propósitos maiores em relação ao destino do país independente. É muito provável que a beleza e o encanto da paisagem, que séculos antes Americo Vespucci definira como cópia perfeita do paraíso, favorecessem um sentimento de paz e mesmo de beatitude a dominar a minoria branca, na origem das trágicas dicotomias, casa-grande e senzala e sobrados e mocambos, como Gilberto Freyre definiu com sua pena inspirada.

Ao longo de três séculos, cerca de 5 milhões de escravos foram abduzidos da África e submetidos ao domínio da chibata. Lançavam-se assim as sementes de um país irremediavelmente desigual, marcado brutalmente por um desequilíbrio social monstruoso, a gerar um verdadeiro, cruel destino do Brasil, entrave fatal para a modernidade e a autêntica democracia. Em lugar desta que tão frequentemente, e erradamente, enche as nossas bocas sem que a maioria tenha consciência das prepotências a que foi e é submetida. Este breve relato que nos leva de volta às alturas do Ipiranga, mais precisamente ao dia 7 de setembro de 1822, hoje celebrado com a pompa de um desfile militar.

Algo aconteceu, no entanto, como novidade sintomática: na assistência graúda neste ano notaram-se as ausências dos presidentes do STF, do TSE, da Câmara e do Senado, ou seja, dos representantes dos poderes da República. Não pairam dúvidas sobre a total ignorância de Pedro I e a sua proclamação tanto quanto à incapacidade de imaginar, ou intuir o que haveria em seguida. Dom Pedro desceu do seu muar com a urgência precipitada pela penosa situação a vexá-lo com a plausível ousadia de um mexilhão contaminado a se tornar fator de uma mudança histórica. Já dizia Lima Barreto: "O Brasil não tem povo, apenas público. Povo luta por seus direitos, público só assiste de camarote". •

Dom João VI e o filho desastrado

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP, JOHN SIMPSON/PINACOTECA DO ESTADO DE SP, MANUEL ANTÔNIO DE CASTRO E PEDRO AMÉRICO/MUSEU DO IPIRANGA/USP

O BUFÃO DO BICENTENÁRIO

BOLSONARO NÃO RADICALIZA, MAS ABUSA DA PEQUENEZ HISTÓRICA E DO DINHEIRO PÚBLICO NA LUTA PELA REELEIÇÃO

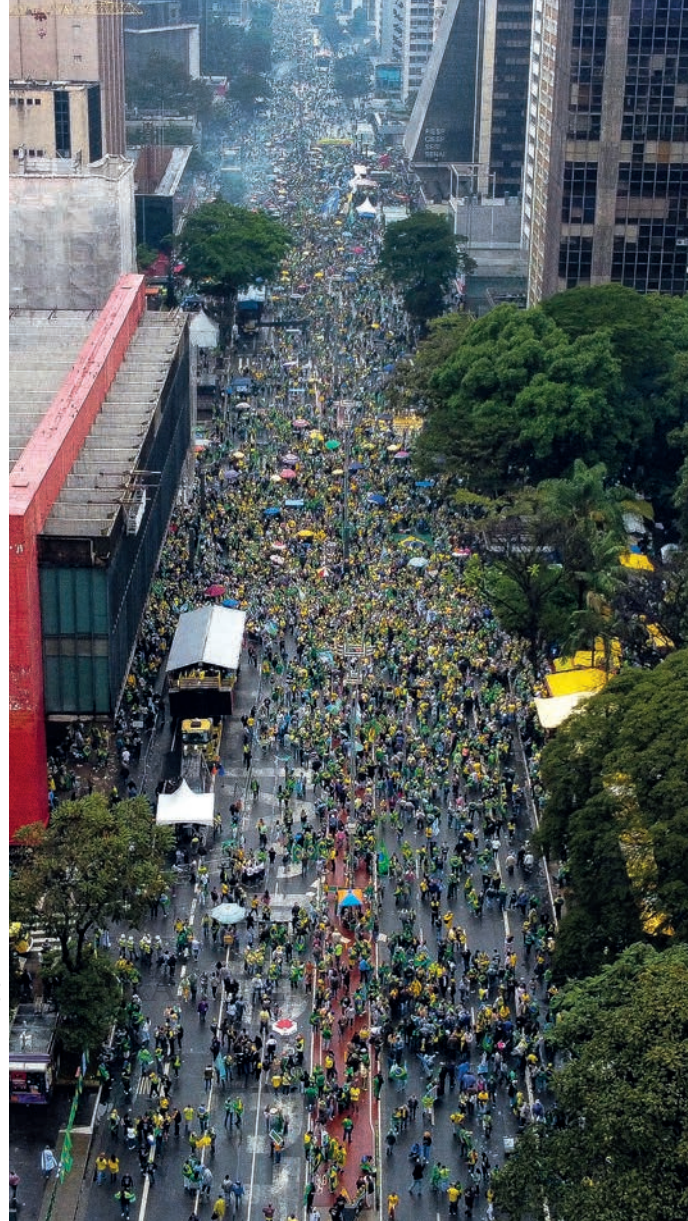
por ANDRÉ BARROCAL*

O Brasil "independente", 200 anos depois, é uma vergonha. Uma das dez maiores economias do mundo nega à maioria condições dignas de vida. Um dia após o 7 de Setembro, o País aparecia na 87ª posição, entre 191 nações, no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano. O cálculo do IDH leva em conta a expectativa de vida, o tempo de estudo e a renda *per capita*. Neste último quesito, o Brasil se sai pior, graças, claro, à pornográfica concentração de renda, fruto da mesma longuíssima tradição iniciada não em 1822, o ano da Independência, mas em 1500, o da chegada dos portugueses. Ao tomar posse em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro não quis mencionar a expressão "desigualdade social" que constava na versão escrita de um de seus discursos, preparada previamente por auxiliares. Por que imaginar que agiria de outra forma nos festejos do bicentenário?

As comemorações serão lembradas no futuro como um comício do presidente em busca da reeleição bancado com verba pública, e só. De Bolsonaro não se ouviu nada sobre sonhos, soberania, projeto de país. Estava em cena única e exclusivamente o candidato em busca desesperada por mais quatro anos no poder. E desse ponto de vista eleitoral, qual o saldo? O capitão foi comedido, como pregava a ala do "Centrão" de seu comitê, encarnada no ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. A postura pode ter frustrado seus apoiadores mais radicais, favoráveis a um golpe, mas não deu motivos aos eleitores propensos a optar por Lula apenas no segundo turno para que adiantem o voto no petista. A antecipação contribuiria para liquidar a disputa em 2 de outubro. Entre os simpatizantes de Ciro Gomes, do PDT, 56% acham que ele deveria apoiar Lula em um turno final contra Bolsonaro, do PL. No caso dos de Simone Tebet, do MDB, são 41%. Os dois índices superam a preferência por apoio ao capitão (17% e 22%, respectivamente), conforme uma pesquisa Genial/Quaest divulgada no Dia da Pátria. Juntos, Ciro e Simone têm cerca de 10% nas pesquisas.

"HOJE NÃO FOI UM PONTO DE VIRADA PARA ELE", DIZ A CONSULTORIA EURASIA SOBRE OS FESTEJOS DO 7 DE SETEMBRO SEQUESTRADOS PELO CAPITÃO

No PT, não se apostava em uma radicalização presidencial, pois a campanha de Bolsonaro tornou-se mais convencional, com a cara do "Centrão". Também não se acredita que os indecisos, cerca de 5% nas pesquisas, serão influenciados pelo 7 de Setembro. O presidente ofereceu um discurso sem novidades em relação a seu ho-

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP, EBC TV/AGÊNCIA BRASIL, REDES SOCIAIS, RICARDO MOREIRA/GETTY IMAGES/AFP E RUY BARON/AFP

No Rio de Janeiro, Bolsonaro subiu no palanque ao lado de pastores, subordinados e candidatos. Em São Paulo, seus apoiadores desafiaram a chuva e o frio na Avenida Paulista. Uma fauna que nem Kafka seria capaz de imaginar

rário eleitoral no rádio e na tevê. Chamou Lula (sem citá-lo) de "ladrão", colocou-se como um governante patriota e temente a Deus, um defensor da família e da liberdade. "Hoje não foi um ponto de virada para ele (Bolsonaro)", diz uma análise enviada a clientes na noite da quarta-feira 7 pela consultoria política internacional Eurasia. O texto destaca "a falta de novas mensagens para um público mais amplo", especialmente quanto ao "sentimento de vulnerabilidade econômica" da população. E conclui que as chances de reeleição são de 35%. A consultoria anotou ainda que a base bolsonarista sairá ainda mais fiel ao "mito" e que ganhou "energia" para ir até 2 de outubro. "Sejamos resistentes. Vai ganhar quem terminar de pé", tuitou Eduardo, um dos filhos do presidente, enquanto o pai discursava pela manhã em Brasília.

Não se sabe ao certo quantos eleitores estiveram nas ruas a favor de Bolsonaro, inexistem cálculos oficiais das forças de segurança. Certo é que foram manifestações grandes e indicativas do ânimo e do engajamento da militância presidencial. Lula, que tem feito uma campanha na retranca, levaria o mesmo número de simpatizantes às ruas? Segundo uma pesquisa do Instituto Ipespe do último dia 3, 18% dos eleitores de Bolsonaro declaram participar da campanha. No caso do petista, 11%. Esse levantamento sondou os sentimentos dos brasileiros às vésperas da eleição. Há mais positivos, como esperança (37%) e confiança (15%), do que negativos, como preocupação (17%) e indignação (11%). Entre os partidários de Bolsonaro, porém, 20% se dizem confiantes, índice menor com o metalúrgico, 14%. Lula desperta mais esperança entre os seus (44%) do que o presidente (35%).

"Nunca utilizamos um Dia da Pátria para campanha eleitoral. Ao invés de discutir os problemas do Brasil, Bolsonaro me ataca, ao invés de explicar como a sua família juntou 26 milhões em dinheiro vivo para comprar 51 imóveis. O Brasil precisa de amor, não de ódio", declarou Lula em um vídeo nas redes sociais na noite da quarta-feira 7. Os advogados do comitê petista decidiram ingressar no Tribunal Superior Eleitoral com uma ação por abuso de poder econômico e político contra o presidente. No limite, o questionamento poderia levar à cassação da chapa do capitão. Para os advogados, o abuso foi "acachapante, com o uso de recursos públicos, de uma grande estrutura pública, para fazer campanha. Os discursos desse comício escancarado foram transmitidos ao vivo para toda a nação, inclusive por meio da TV Brasil, uma tevê estatal".

O partido Rede e as campanhas de Ciro e Soraya Thronicke, do União Brasil, também anunciaram ações judiciais. A Rede pretendia cobrar uma indenização pesada de Bolsonaro aos cofres públicos pelo uso de verba federal numa atividade que, ao fim e ao cabo, foi de campanha. Soraya defende que o horário eleitoral de Bolsonaro na tevê e no rádio seja cortado e repartido entre os demais presidenciáveis, uma forma de compensá-los. Para o ex-juiz eleitoral Márlon Reis, candidato a deputado pelo PSB do Tocantins, em tese é possível que o TSE proíba o capitão de utilizar em sua propaganda vídeos e fotos gerados no Dia da Independência. Produzir esse material era um dos objetivos do comitê da reeleição. Segundo Reis, cabe não só uma ação para impugnar a chapa de Bolsonaro, mas para cassar o próprio mandato presidencial. "Como se trata de um evento oficial, não poderia ter havido nenhuma manifestação sobre temas eleitorais, falando sobre como as pessoas devem votar. É conduta vedada a agente público", afirma.

PARTIDOS DE OPOSIÇÃO PROMETEM INGRESSAR COM AÇÕES NO TSE POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO E POLÍTICO

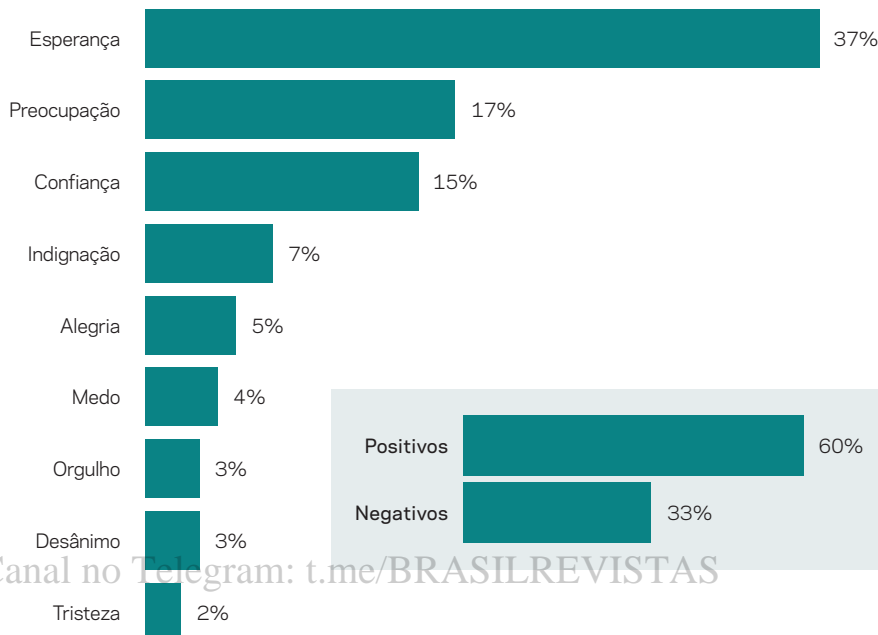
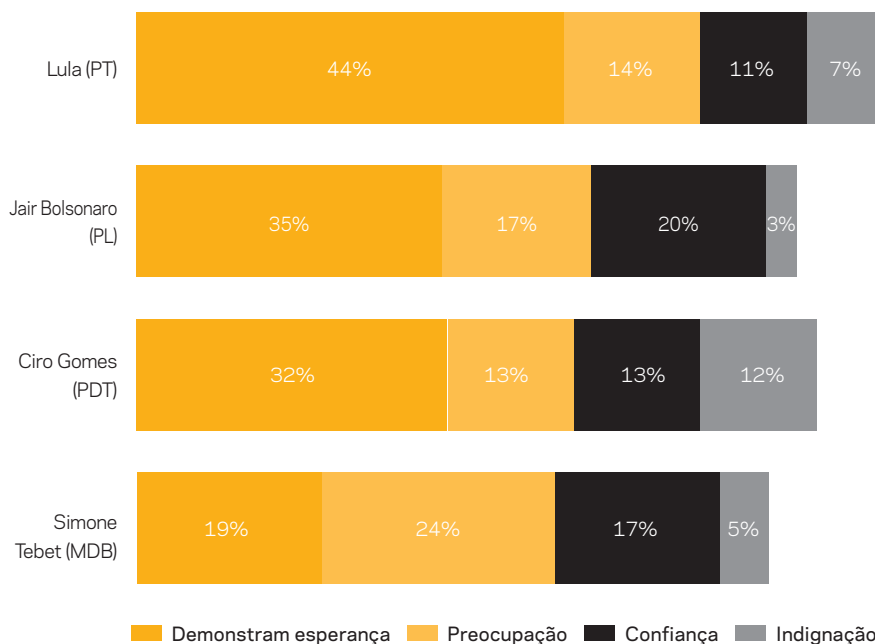
"A vontade do povo se fará presente no próximo dia 2 de outubro. Vamos todos votar, vamos convencer aqueles que pensam diferente de nós, vamos convencê-lo do que é melhor para o nosso Brasil", disse Bolsonaro nos festejos em Brasília. Eis o batom na cueca pelo uso em proveito eleitoral próprio de um ato patrocinado com recursos federais. Na sequência dessa de-

ARQUIVO/STF E ALAN SANTOS/PR

Luciano Hang portou-se como o Rasputin do 7 de Setembro. Foi mais um desafio de Bolsonaro a Alexandre de Moraes

claração, o candidato disse que o povo deveria comparar não só ele e Lula, mas as esposas de ambos. A evangélica Michelle seria uma "mulher de Deus", declarou. Em seguida, beijou-a, enquanto seus fiéis gritavam, e ele repetiu, a palavra "imbrochável". Terá obtido voto? Mulheres com atitude mais feminista certamente repudiaram a cena. Detalhe: quando o casal entrava no carro para ir do Palácio do Alvorada ao desfile na Esplanada dos Ministérios, houve algum desentendimento entre eles, filmado por uma câmera da tevê estatal.

A presença da primeira-dama no 7 de Setembro foi outra tentativa do marido de melhorar a imagem com as mulheres. O voto feminino por ora decide a eleição a favor de Lula. Numa pesquisa Ipec, o ex-Ibope, da segunda-feira 5, o petista ganha do capitão no primeiro turno por 44% a 31% no geral e, apenas entre as mulheres, por 45% a 26%. A rejeição a Bolsonaro é 5 pontos porcentuais acima da média. O aumento para 600 reais do Auxílio Brasil, o ex-Bolsa Família, tem sido incapaz de reverter a situação. Dos 18 milhões de pagamentos, 15 milhões vão para mulheres. Entre quem tem acesso ao programa, a vantagem de Lula sobre Bolsonaro subiu 3 pontos desde agosto, conforme levantamento Genial/Quaest da quarta-feira 7. Para 62% dos brasilei-

OS SENTIMENTOS DOS BRASILEIROS ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO*

ENTRE OS ELEITORES DE:

*Fonte: Pesquisa "Termômetro da Campanha Presidencial", do instituto Ipespe, de 3 de setembro

Em outros estados, como Minas Gerais, os desfiles militares ocorreram como de costume, sem grandes sobressaltos

ros, o reajuste no valor foi "eleitoreiro".

Mulheres à parte, o que fará o TSE do linha-dura Alexandre de Moraes diante do escandaloso uso da máquina pública pelo candidato à reeleição? No 7 de Setembro do ano passado, o juiz havia sido chamado de "canalha" pelo presidente. Quatro dias antes dos festejos deste ano, em passagem pelo Rio Grande do Sul, Bolsonaro referiu-se ao ministro como "vagabundo", embora sem mencioná-lo. O comentário foi feito por causa da autorização do magistrado para a batida da Polícia Federal de 23 de agosto contra oito empresários flagrados em conversas golpistas no WhatsApp. Com a operação, Moraes espera ao menos inibir qualquer conspiração. "Pessoas honradas", afirmou Bolsonaro sobre o octeto, na véspera do feriado. Os oito foram convidados para acompanhá-lo no Dia da Pátria. Luciano Hang, das Lojas Havan, estava colado no capitão em Brasília e no Rio de Janeiro. Destacou-se mais do que os três chefes de Estado presentes: Marcelo Rebelo de Souza, de Portugal, Umaro Sissoco Embaló, de Guiné-Bissau, e José Maria Neves, de Cabo Verde.

Souza compareceu apesar de uma desfeita de Bolsonaro em julho. Naquela visita ao Brasil, iria encontrar o presidente, mas decidiu primeiro conversar com Lula. Irritado, o capitão deu um bolo no colega português. Em Portugal, é maior do que aqui o negacionismo quanto aos efeitos da escravidão praticada por mais de três séculos na ex-colônia, último país do mundo a abolir a prática. Para 33% dos portugueses e 20% dos brasileiros, as consequências são coisa do passado. Para 58% dos portugueses e 75% dos brasileiros, não: estão por aí até hoje, na forma de violência e preconceito contra negros e indígenas. Violência simbólica que não só Bolsonaro ignorou no Dia da Pátria, como reforça a cada dia de seu governo. Não à toa, entre negros e pardos, 55% da população, ele perde de longe para Lula, 47% a 29%, conforme a última pesquisa Ipec.

Na véspera dos festejos, Souza, Embaló e Neves haviam sido recebidos no Palácio Itamaraty, a sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. As comemorações na capital da República tinham sido precedidas de negociações do Supremo Tribunal Federal com o governo local para a polícia reforçar o esquema de segurança. Havia receio de violência dos partidários do presidente contra o STF. O Distrito Federal, lar de 1,4% do eleitorado, é um reduto bolsonarista e uma das duas maiores guarnições militares do País. Na eleição de 2018, o capitão teve 58% dos votos no primeiro turno e 70%, no segundo. Agora, conforme uma pesquisa Ipec, bate Lula por 38% a 31%. O governador Ibaneis Rocha, do MDB, fã do presidente, caminha para ser reeleito com folga. Mas peitou o ídolo.

Na segunda-feira 5 à noite, a PM fechou a Esplanada dos Ministérios para impedir o acesso de caminhões ao desfile militar. No 7 de Setembro do ano passado, o presidente do STF, Luiz Fux, que passará o bastão a Rosa Weber na segunda-feira 12, tinha informações de que a Corte seria invadida por um caminhão. Detalhe: nem Fux nem os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, participaram dos festejos deste ano com Bolsonaro. O trio foi apenas a uma sessão solene um dia depois, no Congresso. O capitão quis liberar na marra o acesso de caminhões à Esplanada desta vez e mandou o Exército dar um jeito. Rocha bateu o pé: "Só entra gente". Durante as comemorações, a Secretaria de Segurança Pública

do Distrito Federal registrou poucos incidentes. Foram apreendidos 12 celulares, por suspeita de roubo, estiletes e canivetes. Não houve registro de armas de fogo.

Na segunda-feira 5 pela manhã, Eduardo Bolsonaro havia convocado os portadores legalizados de armas, os CACs, para "se transformar num voluntário de Bolsonaro" e distribuir "santinhos do presidente", aqueles folhetos com o nome e o número do candidato. Por acaso ou não, horas depois Edson Fachin, do Supremo, baixou uma liminar com restrições para compra e porte de armas e munições. O juiz tomou a decisão em duas ações que contestam decretos presidenciais armamentistas, movidas por PT e PSB. O despacho passou por cima de um colega de Corte, Nunes Marques, indicado de Bolsonaro que há um ano trava o julgamento dessas ações pelo plenário. Segundo Fachin, "o risco de violência política torna de extrema e excepcional urgência a necessidade de se conceder" a liminar. Recorde-se que em julho um guarda petista foi assassinado à bala por um agente penitenciário bolsonarista, em Foz do Iguaçu.

A convocação da legião armada levou os advogados da campanha lulista a pedir ao Supremo para incluir Eduardo no inquérito sobre a quadrilha de carne e osso sabotadora da democracia, o 4.874. Motivo: possibilidade de montagem de "verdadeiras milícias privadas" para resistir ao resultado das urnas (as eletrônicas, aliás poupadas por Bolsonaro no 7 de Setembro). O inquérito corre aos cuidados de Alexandre de Moraes. O filho do presidente não deu bola para a decisão de Fachin. Logo em seguida, voltou às redes sociais para dizer que ela "é totalmente inócua".

O deputado, elo do bolsonarismo com a extrema-direita de outros países, estava eufórico após o 7 de Setembro. "Maior movimento político pelo menos da América Latina", tascou no Twitter. No feriado do ano passado, o pai havia recebido Jason Miller, ex-assessor de Donald Trump e um dos cabeças de uma rede social na qual a extrema-direita deita e rola, a Gettr. À época, Miller tinha sido interrogado pela Polícia Federal, em um inquérito sobre distúrbios e pregação ditatorial no Dia da Independência. Miller voltou ao Brasil agora. Compareceu às manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro à tarde, após aquelas de Brasília.

APOIADORES DE BOLSONARO EXIBIAM CARTAZES CONTRA O STF E LULA E A FAVOR DA INTERVENÇÃO MILITAR, MAS O TOM GOLPISTA NÃO ERA O MESMO DO ANO PASSADO

No Rio, o presidente bateu o pé e se deu bem. Queria que a exibição das tropas ocorresse na Praia de Copacabana e conseguiu. O prefeito da cidade, Eduardo Paes, do PSD, defendia as comemorações no Centro. O estado é o terceiro maior colégio eleitoral do País (tem 8% dos votantes), abriga a segunda maior guarnição militar e também é um reduto bolsonarista. Os números da eleição de 2018 e das pesquisas de intenção voto de agora assemelham-se àqueles do Distrito Federal. Na campanha passada, o capitão teve, contra Fernando Haddad, 59% no primeiro turno e 68%, no segundo. Desta vez, empata com Lula, 39% a 38%, respectivamente, conforme pesquisa Ipec. Na véspera do feriado, paraquedistas militares fizeram um ensaio para a apresentação do dia seguinte e houve acidentes. Rajadas fortes de vento, segundo o Exército, arrastaram quatro deles para longe do destino final (um caiu numa árvore, outro num telhado, um terceiro no meio da rua e um último, numa calçada).

Eduardo Bolsonaro convocou os atiradores, mas o apelo não encontrou eco

"Estamos aqui na rua para mostrar que Bolsonaro tem muito mais apoio do que os 30% que aparecem nas pesquisas manipuladas", disse o aposentado Thadeu Figueiredo, presente à orla de Copacabana. A salva de tiros realizada por grupos de artilharia do Exército tinha começado às 8 da manhã. Após uma sucessão de carros de som com políticos e religiosos dividir o microfone, por volta de duas e meia da tarde houve alvoroço com a chegada da motociata de Bolsonaro e algum empurra-empurra antes da subida do presidente ao palanque ao lado de outras autoridades. Havia poucas faixas com palavras de ordem antidemocráticas ou pedidos de intervenção militar e fechamento do STF. Algumas abertas em frente ao palanque no qual Bolsonaro discursou.

Nem tudo saiu, porém, como o presidente esperava no Rio. Naquela noite ele foi ao Maracanã, onde o Flamengo jogava pela Libertadores contra o Vélez, da Argentina, e ouviu uma sonora vaia. •

**Colaborou Mauricio Thuswohl.*

DEMOCRACIA OU MORTE

MAIS UMA VEZ, COMO MUITAS OUTRAS NO PASSADO, O BRASIL PEDE PASSAGEM EM PLENO SÉCULO XXI PARA INGRESSAR NO SÉCULO DAS LUZES

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Nesta semana das celebrações do 7 de Setembro, Dia da Independência, entendi que seria de bom alvitre tratar dos caminhos e descaminhos da dependência e independências dos cidadãos brasileiros. Esses caminhos e descaminhos foram perquiridos por Machado de Assis. O jovem Machado, aos 17 anos, disparou um poema, *O Grito da Independência*, nas páginas do *Correio Mercantil*, edição de 9 de setembro de 1856. As últimas estrofes exprimiam a empolgação do escritor:

O herói libertador, valente e ousado!
Ele, o tronco da nossa liberdade,
Foi como o cedro secular do Líbano,
Que resiste ao tufão e às tempestades!
Ipiranga! Inda o vento das florestas
Que as noites tropicais respiram frescas
Parecem murmurar nos seus soluços
O brado imenso – Independência ou Morte!
Qual o trovão nos ecos do infinito!
Disse ao guerreiro o Deus da Liberdade:
Liberta o teu Brasil num brado augusto,
E o herói valente libertou num grito!

Vinte anos depois, nos idos de 1876, nas páginas da *Ilustração Brasileira*, o entusiasmo juvenil transmutou-se na sabedoria irônica do observador da vida nativa, retratada nos romances, contos e crônicas. O crítico literário Rogério Fernandes dos Santos nos esclarece: "A palavra *Ilustração*, que serve de título ao periódico, pode ser entendida sob diversas chaves. *Ilustração* traz à baila uma série de referências do ideário iluminista do século XVIII, ideário caro à parcela letrada da população do século XIX. Associa-se assim à convicção do caráter civilizador da ciência e da arte. Posto junto à palavra *Brasileira* que lhe dá especificidade, o termo *Ilustração* ganha outro brilho ao transferir-se para o Brasil da década de 1870, cujo 'saber' e 'modernidade' caracterizam um grupo posteriormente conhecido por 'Geração de 1870', composto por intelectuais que não só convergem, mas também divergem dos ideais positivistas que desembarcaram no Brasil nesse período".

VIVEMOS A AMEAÇA DA COABITAÇÃO ENTRE O LIBERALISMO DAS CAVERNAS E OS "LIBERTÁRIOS" DA TORTURA E DAS RACHADINHAS

Na crônica de 1876, publicada dois dias após as celebrações do 7 de Setembro, Machado alinhava considerações a respeito do Grito do Ipiranga:

"Segundo um ilustrado paulista, não houve nem grito nem Ipiranga. Houve algumas palavras, entre elas a Independência ou Morte – as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga. Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos. Ninguém ignora a que estado reduziram a História Romana alguns autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos. Vá feito! O tempo decorrido era longo e a tradição estava arraigada como uma ideia fixa.

Demais, que Numa Pompilio houvesse ou não existido é coisa que não altera sensivelmente a moderna civilização.

Para Machado de Assis, a lenda era melhor do que a história. "Prefiro o Grito do Ipiranga", escreveu. "É mais sumário e mais genérico"

FRANÇOIS-RENÉ MOUREAUX/MUSEU IMPERIAL E MARC FERREZ

Certamente é belo que Lucrécia haja dado um exemplo de castidade às senhoras de todos os tempos; mas se os escavadores modernos me provarem que Lucrécia é uma ficção e Tarquínio uma hipótese, nem por isso deixa de haver castidade... e pretendentes. Mas isso é história antiga. O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido. Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro. Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. Emendam-se as futuras edições. Mas e os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade. Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha

paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o Grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico".

Pois é, meus ilustrados amigos, o fato de um ex-metalúrgico de Garanhuns disputar, mais uma vez, voto a voto as eleições presidenciais, poderia indicar que o Brasil ainda se dispõe a reabrir as portas da modernidade. Essa era a abertura que Machado augurava em seu poema e, depois, afiançava em sua crônica de celebração do Grito. Mais uma vez, como muitas outras no passado, o País pede passagem em pleno século XXI para ingressar no Século das Luzes. Mais uma vez ensaia namorar os postulados da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Nas hostes bolsonaristas, há quem ouça com horror estas afirmações e reparta suas angústias entre arrumar as malas e prever o caos. São aqueles que sonham com a democracia dos ressentidos, aquela em que a *liberdade de opressão* aos mais frágeis não se vexa de surrupiar o manto da liberdade de expressão. Nada mais natural num país em que os liberais de um século atrás liam, à noite, Stuart Mill e, pela manhã, acordavam os escravos sonolentos derramando-lhes às costas o óleo do candeeiro que servira de lume.

Desgraçadamente, para os partidários da democracia restrita ou gradual e segura, a experiência do século XX demonstra cabalmente que a busca da modernidade, a aceitação plena das regras das sociedades dinâmicas, a constituição e o avanço do capitalismo pressupõem a presença das massas laboriosas como protagonistas ativos das transformações e do progresso. O resto é uma tentativa inútil de quadrar o círculo ou esquadrinhar ovo para encontrar pelugem.

A ditadura buscou a quimera da "modernização pelo alto" e imaginou que seria possível fazer o bolo crescer para depois repartir os pedaços. O bolo cresceu, mas tivemos de esperar a Constituição de 1988 para buscar os caminhos escarpados dos direitos sociais e econômicos. Direitos que agora estão ameaçados pela coabitação entre o liberalismo das cavernas e os "libertários" da tortura e das rachadinhas. O resultado é que, hoje, o bolo mingua e, em vez da modernidade prometida, curtimos um atraso relativo econômico e social ainda maior do que o registrado no ponto de partida.

Pior que isso: a modernização pelo alto e a famigerada teoria e prática do bolo ampliaram e reproduziram o *apartheid* social originário do capitalismo escravista. Assim, o natural conflito de classes do capitalismo industrial desenvolve-se num es-

Da escravidão colonial a sua versão moderna, o Brasil não nega suas origens. Ulysses Guimarães perseguia a quimera da Justiça, da igualdade e do progresso

A MODERNIZAÇÃO PELO ALTO AMPLIOU E REPRODUZIU O *APARTHEID* SOCIAL ORIGINÁRIO DO CAPITALISMO ESCRAVISTA

paço de profundas desigualdades não capitalistas, o que torna extremamente difícil a execução de qualquer política de reformas inspiradas, por exemplo, nos modelos das sociais-democracias europeias.

A consecução da modernidade, isto é, a integração das massas nos padrões de consumo, cultura e convivência oferecidos pelo capitalismo contemporâneo não só exige reformas mais profundas nas relações de trabalho e na organização do Estado, como está atravessada por conflitos no interior das classes assalariadas. Em condições de baixo crescimento econômico, o declínio da vida dos deserdados vai entrar em choque com as perdas de frações importantes da classe média educada e cosmopolita. O jogo de ganha-ganha do crescimento mais alentado e socialmente equilibrado transmuta-se no perde-perde da derrocada socioeconômica.

O inconsciente social está carregado por esta determinação da sociedade brasileira. As classes médias empenhadas em escapar do descalabro social e cultural do bolsonarismo correm para as candidaturas de perfil mais "moderado". Muitos, envergonhados de suas escolhas pretéritas, abandonam o náufrago desesperado para agarrar primeiro o salva-vidas que flutua a distância. Mais do que qualquer outra coisa, esses movimentos de aglutinação em torno das candidaturas moderadas também estabelecem limites à atuação concreta dos governos, sobretudo aqueles imbuídos das melhores intenções reformistas. As boas intenções patinam. Não há dúvida de que, nestas condições, uma vertente do desespero pequeno-burguês se infiltra inevitavelmente nas mentes e nos corações sob a forma do único radicalismo que lhe é permitido exercitar: o radicalismo do ressentimento e da destruição do outro.

Ulysses Guimarães perdeu a batalha das diretas para ganhar a democracia. Entregaram-lhe o galardão, a coroa de espinhos da Nova República, infestada dos epígonos da ditadura. Os derrotados transformaram-se em vencedores. Talvez seja uma miragem do Iluminismo adornar a história com as vestes da justiça, da igualdade e do progresso. Mas nenhuma história seria feita se os homens, ou alguns homens, não tivessem se apaixonado por essa quimera. Ainda que esse desvario tenha custado a decepção das ingratidões coletivas, o sarcasmo dos covardes, eles sabiam que era preciso caminhar na direção da estrela mais brilhante, do ideal que não chega, mas pelo qual se dedica a vida.

Navegar é preciso, doutor Ulysses. Democracia ou Morte! •

ACERVO/ALMG, ROVENA ROSA/ABR E JEAN BAPTISTE DEBRET

OS GRITOS DO IPIRANGA

APÓS AMEAÇAS FEITAS POR BOLSONARISTAS E MUITO BATE-BOCA NO TWITTER, JOÃO DORIA, SEM CARGO E COM UM DISCURSO DE "PAZ E HARMONIA", REINAUGURA O MUSEU PAULISTA

por ANA PAULA SOUSA

HÁ TEMPOS, O EX-GOVERNADOR E BOLSONARO DISPUTAM A "PATERNIDADE" DA REFORMA

Em março, pouco antes de deixar o comando da Secretaria Especial de Cultura para candidatar-se a deputado estadual por São Paulo, o ex-ator Mário Frias avisou: João Doria, que, à época, também estava prestes a deixar o Palácio dos Bandeirantes, não poderia entregar a obra do Museu do Ipiranga, em São Paulo, sem a sua permissão. Passados seis meses, lá estava Doria, afastado da política institucional, mas não das disputas simbólicas, para discursar na reinauguração do mais antigo museu da cidade *(reportagem à pág. 56)*. Frias e Bolsonaro não puderam ir por serem candidatos, mas seus emissários, sim. O ministro do Turismo, Carlos Brito, o secretário Especial da Cultura, Hélio Ferraz, e a presidente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Larissa Peixoto, participaram do evento que, tamanha a tensão gerada, foi remarcado de 7 de setembro para o dia 6.

Duas semanas antes, Brito e Ferraz haviam feito uma visita ao museu, ainda cheio de maquinário e terra. Na ocasião, foram recebidos, sob um clima amigável, pela equipe responsável pela obra e por representantes da Universidade de São Paulo. Eles chegaram a tirar fotos, com a bandeira do Brasil a tiracolo, ao lado de alguns trabalhadores da obra. Esta semana, o clima foi, no entanto, outro.

Embora o ex-governador tenha pregado, durante o evento, "paz e harmonia" – "Chega de briga e confusão", chegou a afirmar –, o secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado, Sérgio Sá Leitão, não se conteve. Ao citar, em sua fala, a vacina contra a Covid-19 e os esforços do governo paulista para disponibilizar o imunizante, Leitão irritou o ministro bolsonarista.

"Você falou de vacina, nem era o momento para isso, mas gostaria de dizer que nenhuma vacina chegou a nenhum município que não fosse através do governo federal", disse Brito, para então agradecer a Deus e citar uma suposta deflação no País.

Nesse momento, os convidados, encolhidos por causa do frio e da chuva, descruzaram os braços e começaram a vaiá-lo, sob gritos de "mentiroso" e "chega". Apesar do momento tenso, o incidente pode ser considerado mínimo diante das confusões que antecederam a entrega da obra.

A disputa entre o PSDB paulista e o governo federal em torno do Museu do Ipiranga tem origem em dois fatos: a obsessão do governo Bolsonaro por velhos e empoeirados símbolos nacionais e o uso da lei de incentivo federal para o projeto de reforma. Na visão crítica da história, princípio básico do projeto, nenhum governo podia intervir, porque a gestão do espaço está a cargo da USP. Sobraram, então, as armadilhas orçamentárias.

O projeto do Museu, desde o nascedouro planejado para as comemorações do bicentenário da Independência, foi orçado em 235 milhões de reais, entre recursos públicos e privados. A captação de recursos via Lei Federal de Incentivo à Cultura, no valor de 187 milhões, foi a maior da história. Entre os patrocinadores, estavam BNDES, Bradesco, CSN, Banco do Brasil e Itaú. Ao ter acesso a essa informação, o governo Bolsonaro passou a ameaçar o governo paulista. Quando Doria, um ano atrás, anunciou a conclusão de 70% da obra, Frias escreveu no Twitter: "Tenta inaugurar a obra sem a minha permissão. Irei aplicar a punição prevista, reprovando as contas da reforma, forçando a devolução de todo investimento".

Dois meses antes, a Secretaria Especial de Cultura havia publicado um decreto que modificava o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Pronac), a incluir, entre outros mecanismos, a Lei Rouanet. O texto previa a inserção das marcas do governo federal, da Secretaria Especial de Cultura e do Ministério do Turismo em obras ou projetos financiados pela Lei Rouanet e exigia que qualquer inauguração fosse previamente autorizada pela secretaria. Assim foi feito. E o fato é que, diante dos 14 mil metros de área construída do novo Museu do Ipiranga, todos ficaram pequeninos.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, do PSDB, deixou de ir ao desfile em homenagem ao bicentenário da Independência na Avenida Dom Pedro I para visitar o Museu do Ipiranga no dia 7, acompanhado de alunos e professores da rede pública e de trabalhadores que, nos últimos três anos, participaram da obra.

O museu pertence à USP, vinculada ao governo paulista, e a reforma foi custeada com dinheiro privado via incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet, do governo federal. •

Duas semanas atrás, o ministro Carlos Brito e o secretário Hélio Ferraz fizeram uma vistoria nas obras e posaram com a bandeira do Brasil

ROBERTO CASTRO/MTUR E WILLIAN MOREIRA/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

O canto da sereia

AUXÍLIO BRASIL Bolsonaro prepara uma arapuca aos mais pobres, que deve agravar o endividamento das famílias

POR MAURÍCIO THUSWOHL

No comando da campanha de Jair Bolsonaro, é grande a expectativa de que as "bondades" econômicas do governo dirigidas às pessoas em situação de pobreza e aos estratos com menos renda da classe média deem o impulso necessário para que o ex-capitão garanta sua ida ao segundo turno contra Lula. Na terça-feira 6, a menos de um mês da eleição, o Ministério do Desenvolvimento Regional confirmou que será autorizado o uso dos recursos do FGTS futuro – baseado na previsão do que o trabalhador ainda vai receber se continuar empregado – para o financiamento de imóveis do programa Casa Verde e Amarela. Aparentemente irresistível, a proposta pode se transformar em cilada para os trabalhadores que decidirem comprometer sua renda futura em um cenário de grande incerteza econômica. Ela vem juntar-se a medidas como a fixação provisória do valor do Auxílio Brasil em 600 reais ou a redução do preço da gasolina e das tarifas de luz, que vêm sendo estrategicamente adotadas desde julho e podem trazer dividendos eleitorais ao candidato à reeleição na reta final da campanha.

Por onde passa, Bolsonaro repete os números "fantásticos" da economia. Estes, de fato, mostram que nos últimos dois meses houve uma ligeira queda no nível de desemprego e também redução da inflação, mas as boas notícias estão longe de significar uma luz no fim do túnel para os brasileiros. Ao contrário, dizem especialistas, tudo indica que os números positivos não devem se manter no ano que vem. A melhora das últimas semanas é pontual e deriva da combinação de uma recuperação econômica natural – após a paralisia de diversos setores causada pela pandemia – com a aplicação de medidas indutivas tomadas pelo governo, como, por exemplo, o corte do ICMS, que fixou um teto de 17% e 18% para os impostos sobre energia elétrica e combustíveis. Dada a absoluta falta de garantias para 2023, a atual sensação de alívio é um canto de sereia que pode levar de vez para as profundezas as finanças de milhões de famílias, sobretudo aquelas que vivem com salário mínimo ou dependem do auxílio emergencial.

Os beneficiários são bombardeados com ofertas de crédito por juros abusivos

Na contramão das promessas de Bolsonaro, a proposta de Orçamento da União para 2023, enviada ao Congresso pelo Ministério da Economia no último dia de agosto, não prevê a continuidade dos 600 reais pagos atualmente pelo Auxílio Brasil. Segundo o documento, a partir de janeiro o valor médio do benefício voltará

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 28
Amazônia. Governadores e parlamentares são cúmplices de Bolsonaro na devastação

a 405 reais, embora Bolsonaro tenha prometido "vender estatais para complementar isso daí" e manter o valor atual. O ministro Paulo Guedes, por sua vez, valeu-se da guerra entre Rússia e Ucrânia para sugerir a prorrogação no ano que vem do estado de emergência em vigor no Brasil. "Se a guerra continua, prorroga o estado de calamidade e paga os 600 reais", vaticinou. Segundo a estimativa do próprio governo, serão necessários 160 bilhões de reais para manter o Auxílio Brasil com o atual valor ao longo de 2023.

Já o salário mínimo, de acordo com a proposta orçamentária, chegará ao último ano de mandato de Bolsonaro sem aumento real, com valor estipulado em 1.302 reais a partir de janeiro. Mais uma vez haverá apenas a reposição para o trabalhador das perdas com a inflação. Para fazer a correção, o governo tomou como base o INPC, indicador que aponta a inflação para quem ganha até cinco salários mínimos e que, segundo estimativas da equipe de Guedes, terminará o ano em 7,41%. Outro compromisso de Bolsonaro que ficou de fora do Orçamento de 2023 foi o reajuste da tabela do Imposto de Renda para pessoa física, defasada em 31,3% desde o início de seu governo. Apesar da promessa de

Conversa mole. A despeito da recente queda da inflação, os preços dos alimentos seguem elevados. Guedes agora fala em estender o estado de calamidade

GERALDO MAGELA/AG. SENADO E GUSTAVO BEZERRA/PT NA CÂMARA

elevar a isenção à faixa de cinco salários mínimos, hoje no valor de 6.060 reais, o limite para o próximo ano permanecerá em 1.903 reais mensais.

Diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior diz não ter "a menor dúvida" de que as famílias de baixa renda enfrentarão muitas dificuldades no ano que vem. "Estamos diante de um processo de desconstrução de políticas ativas de aumento da renda e redução da pobreza", afirma. Três pilares que buscam garantir a elevação do padrão de vida da maioria dos brasileiros são atingidos: "Foi deixada de lado a importante política de valorização do salário mínimo. A tabela do IR leva cada vez mais à cobrança do imposto para as camadas da classe média mais baixa, o que retira sua renda. E, por fim, a manutenção do Auxílio Brasil é fundamental para o enfrentamento da extrema pobreza e da fome, a atingir mais de 33 milhões de brasileiros".

No início de setembro, o governo anunciou a inclusão de mais 804 mil famílias no Auxílio Brasil, elevando a 21 milhões o número de beneficiadas. Para todas elas, a sereia canta com requinte de crueldade ao acenar com a possibilidade de obtenção de empréstimos descontados diretamente na folha da ajuda emergencial. Segundo a proposta, o beneficiário poderá empenhar para o pagamento do empréstimo até 40% do valor mensal que recebe, fixado em 400 reais, uma vez que os 600 reais pagos atualmente só permanecerão até dezembro. O detalhe onde o diabo habita é que o governo não determinou um teto para os juros a serem cobrados pelos consignados. Por isso, operadoras financeiras mais gananciosas caçam clientes nas filas do recebimento do Auxílio Brasil com propostas que preveem juros escorchantes de 4,96% ao mês (78,8% ao ano). A título de exemplo, os juros cobrados pelos grandes bancos nos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas é de 2,14% ao mês.

O elevado risco de inadimplência e a "preocupação com o endividamento de famílias em condição de vulnerabilidade social" foram alegados por grandes bancos como Bradesco, Itaú e Santander, entre outros, que em conjunto recusaram a proposta de engajamento do governo. Segundo o Ministério da Cidadania, 17 instituições se habilitaram a oferecer o consignado, mas a lista desses bancos não foi divulgada até o fechamento desta edição. Quanto aos riscos, Bolsonaro deixou claro no decreto a intenção de tirar o governo da reta: "A responsabilidade pelo pagamento dos empréstimos e dos financiamentos será direta e exclusivamente do beneficiário. A União não será responsabilizada, ainda que subsidiariamente, em qualquer hipótese".

Maldade pura, segundo especialistas. Ione Amorim, coordenadora do programa de Serviços Financeiros do Idec, avalia que o crédito consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil representa risco mesmo que se defina um teto de juros: "A arapuca para os pobres está armada em qualquer cenário. Até o fim de dezembro, os recursos destinados à política de transferência de renda para 2023 podem sofrer reduções e comprometer o pagamento do benefício no próximo ano. Neste caso, nem o crédito nem o benefício comprometido com as parcelas de crédito estarão garantidos", diz. Fausto Júnior acrescenta: "Quando se abre o crédito desse jeito, sem nenhum tipo de mediação, isso vai se transformar lá na frente em uma forma de retirar parte da renda que vem dos programas sociais para pagar uma taxa de juros que é uma das mais altas do mundo e

> No Orçamento do próximo ano, o governo reservou apenas 405 reais para o programa

que hoje vem drenando recursos importantes da população brasileira".

A concessão irresponsável de crédito a quem provavelmente não conseguirá pagar deverá agravar no ano que vem um problema que já atinge em cheio a economia brasileira. Um levantamento divulgado, em agosto, pela Confederação Nacional do Comércio revelou que, até a metade do ano, 80% das famílias tinham dívidas acumuladas e 29% delas se encontravam em menor ou maior grau de inadimplência. "Isso vai reduzir o crescimento econômico no ano que vem porque compromete o consumo. Não há perspectiva de melhora", diz Izis Ferreira, responsável pelo estudo.

Do total de brasileiros endividados, 85,4% devem às empresas de cartões de crédito que praticam taxas de juro anuais superiores a 300%. A novidade é a crescente presença de quem ganha salário mínimo, grupo que hoje representa 12,2% dos inadimplentes. "A população de baixa renda sofreu forte redução no poder de compra nos últimos quatro anos, com inflação acumulada, ausência de aumento real do salário mínimo e elevação das taxas de juro. O crédito caro do cartão foi a alternativa de muitas famílias para garantir a sobrevivência, convertendo-se em outra arapuca para a população, que deixou de pagar também os serviços essenciais de água, energia elétrica e gás, além do aluguel de moradia", lamenta Amorim.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, consultor editorial de *CartaCapital*, observa que, após um período muito longo de desempenho ruim da economia na geração de renda e emprego, "as famílias têm de se defender de alguma maneira" e recorrem ao endividamento. "Isso se transformará em um obstáculo para que a economia cresça mais rápido, porque impõe um limite para o gasto das famílias que têm boa parte da renda capturada pelo serviço da dívida", explica. Para o economista, um eventual novo governo terá um abacaxi para descascar: "Supondo que se aumente o gasto público para sanar as várias deficiências que a economia tem na infraestrutura e nas políticas sociais, isso na verdade vai ser convertido em pagamento da dívida".

Oportunismo. Operadoras financeiras estão cobrando dos beneficiários do Auxílio Brasil mais que o dobro da taxa de juros cobrada dos aposentados

Belluzzo diz ser "inevitável" que a fatura seja paga ao longo de 2023, e apresenta uma sugestão ao próximo presidente: "Há que se pensar em um programa de reestruturação da dívida. O governo pode bancar essa reestruturação, sobretudo para os mais pobres. Não é tão difícil de fazer porque o governo tem os instrumentos para isso, como o Banco Central. Esse problema vai se refletir no desempenho da economia no ano que vem, se não houver nenhuma forma de contornar os obstáculos que Bolsonaro está criando para uma retomada do crescimento com mais solidez".

O experiente economista critica parte da mídia, que só analisa a economia no curto prazo. "Se observarmos em uma perspectiva mais longa veremos que o PIB de 2022 provavelmente não vai sequer sombrear o PIB de 2013", diz. Belluzzo avalia ainda que os atuais efeitos sobre a renda e o emprego, sobretudo das camadas menos favorecidas da população, são tênues: "As coisas não estão boas como alguns estão dizendo. É claro que os estímulos que foram empregados, inclusive com a antecipação do FGTS e o pagamento do auxílio emergencial, têm um impacto no consumo, mas os números ainda estão muito longe dos observados no período entre 2003 e 2013, mesmo levando em conta a desaceleração a partir de 2010. Mas o governo e parte da mídia comemoram qualquer coisa. Daqui a pouco vão comemorar até gol contra".

ANTÔNIO CRUZ/ABR E RENATO LUIZ FERREIRA

Cúmplices da destruição

AMAZÔNIA Governos estaduais, deputados e senadores da região são sócios na devastação, mostra estudo

POR FABÍOLA MENDONÇA

Na segunda-feira 5, Dia da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo ardia em chamas. Em cada um dos quatro primeiros dias de setembro foram contabilizados mais de 3 mil focos de queimadas. Nenhuma novidade. O mês de agosto havia batido o recorde de incêndios em 12 anos, parte da escalada de destruição que tomou vulto a partir da posse de Jair Bolsonaro. Em 2021, a região teve o maior nível de desmatamento desde 2006 e, nos três primeiros anos do governo, as invasões em terras indígenas cresceram 212%, comparadas ao mesmo período anterior. O número de assassinatos de indígenas foi o maior desde o início da contagem, em 2003. Os dados integram um levantamento do Observatório do Clima e reforçam o que as informações do guia *Amazônia Legal e o Futuro do Brasil: um Raio X dos Estados da Região Entre 2018 e 2022.* Lançado no fim de agosto pela plataforma de monitoramento Sinal de Fumaça, o documento traça uma radiografia que reflete a realidade da região no governo Bolsonaro, com informações sobre meio ambiente, violência e atuação das bancadas federais dos nove estados da Amazônia Legal, além da tentativa de governos estaduais de reproduzir localmente projetos antiambientais em tramitação no Congresso.

O documento destaca quatro projetos que, mesmo sem ter sido aprovados definitivamente por deputados e senadores, incentivam crimes na Amazônia Legal. Definidos como pacote da destruição, fazem parte do rol o PL da Grilagem, que altera o marco legal da ocupação das terras públicas federais, o projeto que facilita licenças ambientais para a construção de obras de saneamento básico, estradas e portos, o PL 490, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas, proposta similar ao marco temporal à espera de votação no STF, e o PL 191, que autoriza a mineração em terras indígenas. Os dois primeiros foram aprovados na Câmara e aguardam

Enquanto os estados copiam leis federais que protegem o crime, as bancadas federais alinham-se a Bolsonaro

Fogo infindo. Nos primeiros dias de setembro foram registrados mais de 3 mil focos de incêndio. Em agosto, houve recorde de queimadas

votação no Senado, o 490 passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas ainda não foi votado em plenário, e o 191 teve o pedido de urgência aprovado pelos deputados e aguarda a criação de uma comissão especial.

Informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais dão conta de um aumento de 21,97% no desmatamento na Amazônia Legal entre 2020 e 2021. De acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento do Imazon, entre janeiro e maio deste ano, foram derrubados 3.360 quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a 2 mil campos de futebol, a maior devastação registrada nos últimos 15 anos. "Mesmo que nenhum dos projetos tenha virado lei ainda, eles tramitam muito rapidamente no Congresso. A tramitação gera uma insegurança jurídica, uma zona cinzenta, e o cara sente o clima de impunidade", avalia Rebeca Lerer, coordenadora do guia *Amazônia Legal e o Futuro do Brasil*. Dos 91 deputados federais dos estados "amazônicos", 66,08% votaram com o governo em projetos danosos, uma lista que inclui a regularização de terras griladas, o afrouxamento do licenciamento ambiental e o sinal verde para a invasão e mineração em terras indígenas. O estudo também mostra que alguns estados tentam reproduzir localmente esses projetos, por meio de medidas que facilitam a atuação criminosa na Amazônia. "Existe uma ambiguidade das bancadas, que fazem discursos muito bonitos nas conferências internacionais, se colocam como oposição a Bolsonaro quando convém, como no caso da CPI da Covid, mas, na prática, têm sido cúmplices da boiada. Em alguns estados isso foi deflagrado com a participação ativa de governadores bolsonaristas, como no Acre, Rondônia, Roraima e Mato Grosso. Eles criaram versões locais das próprias boiadas", acusa Lerer. A pesquisadora cita a lei que autorizava o garimpo em terras indígenas em Roraima, considerada inconstitucional pelo STF um ano depois de ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa.

No Acre, o estado mais bolsonarista do País, existe o risco iminente da construção da nova Estrada do Pacífico, que ligaria Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru. O projeto tramita na Assembleia Legislativa e, se aprovado, vai afetar mais de 220 quilômetros quadrados da Reserva Extrativista Chico Mendes, além de extinguir o Parque Nacional da Serra do Divisor, uma ameaça às terras indígenas Nukini e Nawa. "O projeto libera fazendas, extração ilegal de madeira e contrabando. Essa flexibilização faz parte de um projeto político-econômico da bancada no Congresso, alinhado à atuação de deputados estaduais. É uma política da morte", dispara o indígena Tarisson Nawa, colaborador do guia. "Antes, você ia na cidade e o primo do prefeito ou o amigo de infância dele eram madeireiros, havia a troca de favores, o tráfico de influência. Hoje, o madeireiro virou prefeito. Os próprios agentes da cadeia do desmatamento estão no poder."

Amanda Michalski, professora e assessora da Comissão Pastoral da Terra em Porto Velho, ratifica o alinhamento do governo de Rondônia com a política antiambiental de Bolsonaro. "Temos uma bancada federal que se esforça para ampliar o espaço e a territorialidade do capital agropecuário e o agronegócio, assim como a liberação da mineração em terras indígenas e cada vez mais agrotóxicos que contaminam os nossos solos, corpos d'água, ar e o nosso san-

DOUGLAS MAGNO/AFP

gue. Em nível estadual, temos uma bancada alinhada à federal, que corrobora com o aumento dos conflitos socioterritoriais e ambientais." Em Roraima, entre 2018 e 2021, a área impactada pelo garimpo ilegal na terra yanomâmi dobrou de tamanho e alcançou 3.272 hectares. Consequência: mais desmatamento e destruição dos rios e uma explosão dos casos de malária e outras doenças entre os indígenas. Também está em vigor a Lei 1.701, contestada na Justiça, que proíbe os órgãos de fiscalização e a Polícia Militar de destruir bens particulares apreendidos em operações de combate ao crime ambiental.

Estudo inédito realizado pela Forensic Architecture e o Climate Litigation Accelerator revela a ligação direta entre o governo Bolsonaro, o ecocídio na Amazônia e a crescente violência contra as comunidades indígenas. A investigação recorreu a imagens de satélite para rastrear os efeitos das políticas ambientais no local e constatou o assassinato de 176 indígenas só no terceiro ano do governo Bolsonaro, estatística que contribui para colocar a região como uma das mais violentas do País. Dos 5.725 conflitos no campo dos últimos três anos, 2.329 foram na Amazônia Legal, segundo a Comissão Pastoral da Terra, o maior número em toda a série histórica, iniciada em 1985. As maiores vítimas são os indígenas, quilombolas, posseiros e sem-terra. Empresários e fazendeiros são apontados como os principais responsáveis pelos crimes. Das 30 cidades mais violentas, dez estão na região, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A taxa de violência letal na Amazônia é 38% maior do que a média nacional.

No Amazonas, o Vale do Javari foi manchete mundial, em junho passado, após os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips. A área reúne o maior contingente de índios isolados do mundo, alvo de cobiça do crime organizado, com a anuência de órgãos públicos, como a Funai e o Ibama. Só no primeiro semestre deste ano, foram desmatados 2.285 quilômetros quadrados da floresta no estado. "A degradação ambiental caminha ao lado da violência, seja ela sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, seja sobre o nosso patrimônio natural. As frentes criminosas se expandem sobre territórios de vida de comunidades indígenas e ribeirinhas, terras públicas e ainda corpos d'água e suas margens", denuncia o geógrafo Carlos Durigan, diretor da Wildlife Conservation Society Brasil, em Manaus.

Outro estado onde se acumulam casos de violência é o Maranhão. Na madrugada do sábado 3, dois indígenas da etnia Guajajara foram assassinados em Arariboia. A suspeita é de que o crime tenha relação com recentes conflitos com madeireiros da região, nova fronteira do agronegócio e da mineração. Dos 18 deputados federais maranhenses, 14 fazem parte da bancada ruralista, proporção ainda maior na Assembleia Legislativa, onde 40 dos 42 deputados estaduais têm vinculação com o setor. "O crescimento desordenado da economia sobre a Amazônia maranhense, a partir de ações desencadeadas pelo próprio Estado, teve como resultado concreto situações de brutalidade e selvageria em todo o território. O desmatamento caminha com a violência no campo e existe toda uma cadeia criminosa por trás dessas ações, de grilagem de terra e de apropriação de recursos naturais por grupos econômicos poderosos", afirma Carlos Cabral, advogado popular no Maranhão. Ter uma bancada majoritariamente rural não é privilégio do Maranhão, é uma característica dos nove estados da Amazônia Legal. Dos 91 deputados federais, 56,66% fazem parte da bancada ruralista, enquanto no Senado o domínio é ainda maior: 74% dos 27 senadores são vinculados aos produtores. •

BANCADA DA MOTOSSERRA
O voto dos deputados federais da Amazônia Legal no pacote da destruição do governo Bolsonaro:

66,08%
dos 91 deputados federais da Amazônia Legal votaram a favor dos projetos antiambientais

No Senado, o pacote da destruição ainda não foi votado

Bancada dos nove estados que formam a Amazônia Legal é majoritariamente ruralista:

56,66%
dos deputados federais

74%
dos senadores

"A degradação ambiental caminha ao lado da violência", diz Carlos Durigan, da Wildlife Conservation Society

MARCOS COIMBRA

Dianteira confortável

▶ Esquerda e direita não mudaram de tamanho nas pesquisas eleitorais. Ora, quem ganha com a estabilidade nas intenções de voto?

A eleição de 2022 começou em março do ano anterior. Foi quando Lula retomou seus direitos políticos, tornou-se candidato e passou a ser o principal antagonista de Jair Bolsonaro. Esse nunca escondeu sua intenção de permanecer no poder, dentro da lei ou na marra. Para os que, na direita, se incomodavam com ele, nunca faltaram motivos para removê-lo, listados em mais de cem pedidos de *impeachment* a entupir as gavetas do presidente da Câmara. A um simples estalar de dedos dos poderosos, Arthur Lira se apressaria a fazer com que um tramitasse. Ao contrário do que se andou dizendo, não foi a esquerda (ou Lula) que preferiu ter Bolsonaro como adversário. Quem o escalou foi a direita.

Nunca, em nossa história, passamos por um processo eleitoral tão longo. Quem achar que, em 1998, na reeleição de Fernando Henrique, tudo estava resolvido desde muito cedo, não se esqueça que, até junho de 1997, nem sequer a hipótese de reeleição existia. As outras foram todas mais curtas. Além de longo, vivemos um processo fundamentalmente estável, sem subidas e descidas, sustos ou sobressaltos. Na média dos resultados de todas as pesquisas presenciais feitas em maio de 2021, Lula alcançava 42%, Bolsonaro ficava com 24% e o conjunto de outros candidatos de direita obtinha 15%. Agora, no início de setembro de 2022, na mesma métrica, Lula tem 44%, Bolsonaro 32% e os "outros" recebem 5%.

A conta é fácil: o capitão subiu 8 pontos em 18 meses, enquanto a soma dos demais nomes da direita caiu 10. Em outras palavras: esquerda e direita não mudaram de tamanho. O único fato que houve foi uma aglutinação das opções da direita em torno do nome mais forte, seja por ser o titular do governo, seja por receio das elites conservadoras de rifá-lo e ficar ainda mais fracas diante de Lula.

A constatação dessa estabilidade conduz a algumas conclusões. Em primeiro lugar, que sempre foi maior a proporção de eleitores dispostos a votar na esquerda, o que fica ainda mais nítido se considerarmos que o voto em Ciro Gomes (que representava 6% do total em maio de 2021 e agora é 8%) não é um voto à direita. Tudo o que se tentou contra a esquerda nos últimos anos, para demonizá-la, não surtiu efeito.

Em segundo lugar, que nada que o capitão fez, desde o ano passado, no comando da máquina pública, melhorou suas perspectivas. Foram rios de dinheiro desviados na tentativa de comprar o voto de eleitores de baixa e média renda, por meio de auxílios, reduções de preços, isenções tributárias e verbas para obras de utilidade duvidosa, com resultados irrisórios. A cada fracasso, mais dinheiro, com as pesquisas mostrando que os beneficiários não mudavam seus votos.

Em terceiro lugar, que, assim como as velhas armas da política não alteraram o quadro, tampouco tiveram efeito as novas. A propalada vantagem do bolsonarismo nas redes sociais e sua festejada "novidade" perante a esquerda "antiquada" não serviram de nada. Quem apostava nisso para alavancar o capitão, ou achava que a presença em redes sociais é algo de muita relevância, está vendo que seu impacto é pequeno. Os votos em Bolsonaro só aumentaram porque outros candidatos conservadores desistiram.

A pouco mais de três semanas da eleição, sua duração e estabilidade sugerem que pouco há por acontecer. Não é como em eleições anteriores, muito mais expostas a fatos novos de última hora, genuínos ou indecentes. Nada há de saudável em uma cultura política que incentiva a decisão tardia do eleitorado e submete as pessoas a um bombardeio de estímulos na reta final: sabe-se lá quantos debates entre candidatos, pesquisas diárias anunciadas com estardalhaço, propagandas eleitorais monopolizando os intervalos da programação das emissoras. Jornais abandonando qualquer equilíbrio na cobertura e escancarando seus objetivos políticos.

Sem contar a bandalheira, praticada, às vezes, em plena luz do dia. Como justificar a omissão da Justiça Eleitoral em 2018, quando era evidente a fraude que o bolsonarismo cometia na internet? Como admitir que a revista *Veja* lançasse uma "edição especial" na véspera da eleição de 2014, para atacar o PT? Como tolerar o jornalismo da TV Globo exibindo montanhas de notas, em 2006, para confundir os eleitores? É bom que o eleitorado esteja pensando na eleição há muito tempo e, ao que tudo indica, pretenda votar sem se deixar sugestionar. A estabilidade é boa para Lula. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

País em ruínas

BARÔMETRO Estudo aponta um retrocesso generalizado dos direitos humanos no País durante o governo de Jair Bolsonaro

POR MARIANA SERAFINI

Há menos de um mês para a eleição presidencial, três indígenas foram barbaramente assassinados em diferentes localidades do País. No município de Amarante, interior do Maranhão, Janildo Oliveira Guajajara, que atuava como "Guardião da Floresta", protegendo o território de seu povo da atuação de madeireiros e outros invasores, foi executado com tiros nas costas na madrugada do sábado 3. No episódio, um adolescente de 14 anos também foi baleado e encaminhado para uma unidade de saúde da região. Naquela mesma noite, na cidade de Arame, a 160 quilômetros, Carlos Miranda Guajajara foi encontrado morto, vítima de um atropelamento, mas o povo Guajajara desconfia de ação criminosa.

Na noite seguinte, a tragédia repetiu-se, desta vez contra o povo pataxó. Gustavo Silva da Conceição, indígena de apenas 14 anos de idade, morreu durante um violento ataque de pistoleiros contra um grupo que ocupava a Fazenda São Jorge, delimitada pela Funai em 2015 como parte da Terra Indígena Comexatibá, no extremo sul da Bahia. Outro indígena de 16 anos foi ferido no braço por um disparo de arma de fogo. "Foi um serviço profissional, parece miliciano mesmo", denuncia uma liderança pataxó, que pede para não ser identificada por questões de segurança.

Lamentavelmente, as mortes de Janildo, Jael e Gustavo não são episódios isolados. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário, conhecido pela sigla Cimi, 430 indígenas foram assassinados entre 2018 e 2021. Desde que Jair Bolsonaro assumiu o poder, a extensão territorial afetada por conflitos fundiários envolvendo os povos originários aumentou em 141%, revela um estudo inédito, o "Barômetro de Alerta Sobre os Direitos Humanos no Brasil", que acaba de ser lançado por um grupo de pesquisadores brasileiros e europeus. Nesse mesmo período, foram registradas 519 invasões ilegais em terras indígenas. Em meio aos incêndios criminosos que devastaram a Amazônia, 345 territórios indígenas foram consumidos pelas chamas em 2019 e outros 341 no ano seguinte.

O estudo é fruto do trabalho de pesquisadores de 17 organizações de solidariedade internacional da França, em parceria com movimentos sociais e organizações da sociedade civil brasileira, e foi publicado na quarta-feira 7. O *Barômetro*, relatório da Coalizão Solidariedade Brasil levantou provas, documentos, estatísticas e relatos sobre o retrocesso nos direitos humanos de 2019 a 2022. A grande maioria da população sofreu algum impacto negativo no período, mas o prejuízo maior foi sentido pelos povos indígenas e quilombolas, a população negra, a comunidade LGBTQIA+ e as mulheres.

> **A área atingida por conflitos fundiários envolvendo os povos indígenas aumentou 141% em quatro anos**

A desigualdade piorou sob o governo do ex-capitão. Não à toa, o País retornou ao vergonhoso mapa da fome, que havia abandonado em 2014, e hoje mais de 60 milhões de brasileiros sofrem algum grau de insegurança alimentar. Mais de 19 milhões padecem com a fome, que é a faceta

RICARDO STUCKERT

Omissão. O ex-capitão não demarcou um único centímetro de terra indígena desde que chegou ao Palácio do Planalto

mais cruel do problema. Sete em cada dez famílias estão endividadas e o acúmulo de contas a pagar aconteceu, sobretudo, para comprar alimentos. Este é um reflexo da incapacidade de Bolsonaro de criar condições para acolher as necessidades básicas da população durante a pandemia da Covid-19. A inflação galopante, que atingiu em cheio os alimentos básicos, o gás de cozinha e os combustíveis, e o alto índice de desemprego foram a gota d'água.

De acordo com o *Barômetro*, o desmonte de políticas públicas do governo Bolsonaro contribuiu para o aumento da violência contra as mulheres. Em 2021, quase 38% das mulheres foram vítimas de algum tipo de assédio sexual. Nesse mesmo ano, uma mulher foi estuprada a cada dez minutos, o que representa aumento de 4,4% em relação a 2018.

O Brasil continua a figurar na liderança do *ranking* mundial de homicídios contra LGBTs. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, mencionado no *Barômetro*, 300 indivíduos dessa comunidade foram assassinados ou levados ao suicídio em 2021, uma morte a cada 29 horas. As pessoas *trans* representaram 76% das vítimas em 2020. O genocídio da juventude negra e periférica segue a todo vapor: 78,9% dos assassinados por agentes policiais no período de 2019 a 2022 eram pretos ou pardos. E 76,2% das vítimas de homicídio também eram negras.

De acordo com a coordenadora editorial do *Barômetro*, a jornalista brasileira Erika Campelo, a maior dificuldade foi conseguir acessar dados estatísticos oficiais, que em anos anteriores eram obtidos sem muitos entraves. Um dos mecanismos utilizados pelo governo federal para "passar a boiada" – como propôs o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles – foi ocultar indicadores dos ministérios e secretarias, impor decretos de sigilo, além de reduzir drasticamente o investimento para pesquisas.

"Hoje, vivemos um verdadeiro 'apagão estatístico'. É assim que definimos o que acontece no Brasil, porque os movimentos sociais brasileiros enfrentaram enorme dificuldade para levantar essas informações", denuncia Campelo, que integra a organização Outros Brasis. Além do aumento da violência, o estudo debruçou-se sobre questões ligadas ao meio ambiente, conflitos pela terra, insegurança alimentar e fome, economia e desemprego, liberdade de imprensa, violência política, educação e cultura. Em todas as áreas, foi constatada uma considerável piora.

"Houve um ataque sistêmico do governo federal contra os movimentos sociais e contra os grupos minorizados da população. Este é um trabalho científico, o mais neutro possível, mas nosso objetivo é alertar os governos estaduais e municipais do Brasil sobre essas ações do governo federal, e também a população na Europa, porque a solidariedade internacional é importante", explica a jornalista, radicada na França há 20 anos. Publicado às vésperas das eleições, o estudo busca trazer à superfície a devastação causada pelo governo Bolsonaro aos direitos humanos. Os dados podem ser conferidos no *site* da Coalizão, www.lebresilresiste.org, onde a pesquisa é apresentada de forma aberta para mais contribuições. •

Togados e armados

RIO GRANDE DO SUL O Tribunal de Justiça gaúcho abre uma consulta para adquirir armas de fogo aos seus magistrados

POR RENÉ RUSCHEL

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul parece disposto a abraçar a política de incentivo ao uso de armas liderada por Jair Bolsonaro. Desde 2019, o governo federal emitiu 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois projetos de lei que flexibilizaram as regras para o acesso a armas e munições. Agora, uma medida em estudo pelo TJ gaúcho prevê a distribuição de pistolas aos seus magistrados. Até o momento, somente a marca foi escolhida: a Glock, de fabricação austríaca, calibre 9 mm, modelo Luger G26 GEN5, semiautomática com dez tiros. De acordo com a fabricante, ela é adotada pelo FBI dos EUA, pela Polícia Federal e por numerosas corporações policiais no País. O preço, conforme anúncios na internet, gira em torno de 15 mil reais a unidade. A aquisição será feita com recursos públicos.

O desembargador Antônio Vinícius Amaro da Silveira, vice-presidente do TJ e presidente da Comissão de Segurança e do Conselho de Comunicação Social, justifica a medida como forma de atender à Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 435, de 2021, a estabelecer normas sobre o uso de armas de fogo para juízes em situação de risco. "O crime organizado tenta cada vez mais desrespeitar os poderes constituídos", reitera Silveira. No capítulo VI do documento, está prevista a "disponibilização de armas de fogo para magistrados, inspetores e agentes da polícia judicial, conforme a legislação vigente".

O desembargador reconhece que, no estado, "não há um caso conhecido de assassinato ou atentado contra juízes", apenas registros de situações que foram neutralizadas pelo serviço de inteligência institucional. No entanto, acrescenta Silveira, a eficácia na segurança dos magistrados, assim como em qualquer poder constituído, está no uso de medidas preventivas. "Não esperaríamos atentados para adotar ações efetivas."

O processo de consultas aos juízes para saber do interesse no porte e uso da arma está em sua fase final e o porcentual de aceitação, até o momento, "é bem baixo". O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é integrado por 170 desembargadores e cerca de 600 juízes distribuídos em 165 comarcas em entrâncias iniciais, intermediárias e finais.

A ideia é oferecer uma pistola Glock, calibre 9 mm, a cada juiz que desejar o porte

"Trata-se de um gasto público em segurança dos magistrados sem amparo em evidências. Nada na literatura especializada e nos estudos mais consistentes sustenta a noção de que pessoas armadas sejam menos vulneráveis. Pelo contrário, algumas evidências sugerem que a posse de armas pode constituir um atrativo para crimes patrimoniais", alerta Marcos Rolim, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e especialista em Segurança Pública pela Universidade de Oxford, no Reino Unido. Embora reconheça que alguns juízes estão expostos a riscos, Rolim defende que, nestes casos, a solução deve ser requisitar às polícias e ao próprio Poder Judiciário o auxílio de um sistema de inteligência.

Com a radicalização dos grupos de extrema-direita no Brasil, os magistrados tornaram-se alvos recorrentes de ameaças, a exemplo do ocorrido com ministros do Supremo Tribunal Federal, pondera Rolim. "Seja como for", acrescenta o autor do livro *A Formação de Jovens Violentos: Estudo Sobre a Etiologia da Violência Extrema*, "os magistrados da Suprema Corte não enfrentam tais ameaças com armas de uso pessoal."

De 2011 a 2013, ao menos 199 juízes sofreram ameaças de morte em todo o País, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, revela um levantamento divulgado pelo CNJ à época. "Essas intimidações estão mais presentes nos casos de magistrados que enfrentam milícias ou confrontam facções ligadas ao tráfico de drogas." Há, ainda, casos de integrantes do Poder Judiciário que vivem sob proteção policial há mais de uma década e de atentados consumados, a exemplo da execução da juíza Patrícia Acioli por milicianos cariocas em 2011. "É importante reforçar a segurança dos fóruns, pois, em

Alerta. O porte de armas deixa os civis ainda mais vulneráveis à violência, atestam numerosas pesquisas

várias regiões, é relativamente simples atentar contra a vida de um juiz ou promotor em seu ambiente de trabalho", diz Rolim. "Mas o porte não é solução. Não existem indústrias de armas para bandidos. Todas as que eles usam um dia foram vendidas legalmente."

Ariel de Castro Alves, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e integrante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, também discorda da medida. Trata-se, nas palavras do advogado, de um "péssimo exemplo", pois os magistrados deveriam respeitar o Estatuto do Desarmamento. "Caso seguissem estas normas, que visam à paz social e à menor circulação de armas na sociedade, o Tribunal de Justiça estaria estimulando ações pacificadoras em favor do desarmamento, inclusive para receberem menos processos nas Varas e Câmaras Criminais."

Alves insiste que o CNJ deveria instaurar um procedimento para analisar a medida, uma vez que ela se configura em uma clara incitação ao armamento civil. "Mais armas em circulação sempre resultam em mais violência, atestam vários estudos. As principais vítimas de uma sociedade armada são as mulheres e as crianças, em razão de agressões e acidentes."

Dados recém-divulgados pela Secretaria de Segurança Pública mostram que, de fato, o feminicídio cresceu no estado. Em julho último, o aumento foi de 11,1% em relação ao mesmo mês de 2021. No cenário acumulado entre janeiro e julho deste ano, 68 mulheres foram assassinadas, o que representa alta de 17,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o gaúcho é o "cidadão" mais armado do País. Em 2021, foram 109,3 mil registros ativos, crescimento de 27% comparado a 2020. O estado de São Paulo, com população quatro vezes maior, tem 54,9 mil. •

Pé no freio

CONSTRUÇÃO O setor imobiliário assiste a uma queda no ritmo de transações. Culpa da inflação e da escalada dos juros

POR WILLIAM SALASAR

Os principais indicadores de compra e venda de imóveis no segundo trimestre e no primeiro semestre do ano mostram desaceleração no ritmo de crescimento do mercado imobiliário, após dois anos de atividade excepcional, em plena pandemia da Covid-19. Os fatores preponderantes apontados por analistas do setor imobiliário residem na inflação, que corrói a renda e o poder de compra das famílias e contribui para o aumento dos preços de imóveis, e na vertiginosa elevação das taxas de juro, que dificulta o acesso ao financiamento imobiliário em condições vantajosas e aumenta o custo da aquisição dos imóveis financiados.

Os dados sobre compra e venda de imóveis recentemente divulgados pelo Registro de Imóveis do Brasil, que apura a movimentação de mais 3,5 mil cartórios em 20 estados do País, mostram que no maior mercado, o estado de São Paulo, 11 das 15 mesorregiões, incluídas as mais relevantes, como Metropolitana, Macro Metropolitana, Ribeirão Preto, Campinas e Litoral Sul, experimentaram uma desaceleração. A Grande São Paulo apresentou queda de 0,7% entre o primeiro e o segundo trimestre e de 9,1% em relação ao segundo trimestre do ano passado. No acumulado dos seis primeiros meses de 2022, o recuo chega a 5,6%. Com relação às capitais e municípios selecionados, os resultados retratam uma acomodação, tanto na comparação entre junho de 2021 e 2022, quanto no acumulado do primeiro semestre deste ano. Em particular, destacaram-se de forma negativa Maringá (-31,7%), Recife (-24,2%), Santos (-19,2%), Joinville (-14,8%), Fortaleza (-13,1%), Ribeirão Preto (-9,1%), Rio de Janeiro (-7,4%) e Florianópolis (-6,8%).

"O mercado não está em um momento ruim. Houve um período excepcional entre os anos de 2020 e 2021 e, a partir de agora, é esperada uma fase de acomodação", salienta a responsável pelo estudo, Patrícia Ferraz, oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Diadema (SP). Os 822.215 registros de compra e venda no estado de São Paulo nos últimos 12 meses até junho, diz Ferraz, é o segundo melhor da série histórica, iniciada em 2012. Fica atrás apenas de 2020, quando houve 843.654 transações. "Mesmo com várias condições adversas, a atividade do mercado ainda está elevada."

> **Há uma redução nos lançamentos de imóveis de alto padrão**

Dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, por seu lado, apontam redução de 6% nos lançamentos residenciais no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto as vendas ainda se mantêm estáveis, com ligeiro crescimento de 1,4%. Segundo Luís Assis, analista do Setor de Saúde e Real State da Genial Investimentos, a tendência, daqui para a frente, é de redução maior dos lançamentos, particularmente aqueles de alto padrão, em razão do estoque acumulado de unidades e da proximidade da conclusão das obras iniciadas há dois anos, além do receio de uma repetição da crise de distratos que afetou o setor em 2015 e 2106. "Nos últimos dois anos, houve uma quantidade muito grande de lançamentos de alto padrão, que estão queimando o caixa das construtoras, pois a maior parte dos projetos de alta renda leva três ou quatro anos para ser concluída", relata o analista. "Acho que as construtoras ainda têm receio dos distratos, apesar da nova legislação, e por isso tendem a segurar novos lançamentos."

Entre 2015 e 2016, a crise econômica provocou uma restrição no acesso ao crédito, que, por extensão, levou a uma onda de desistências dos contratos. À época,

Destravado. Em ano eleitoral, o governo decidiu facilitar o acesso ao programa Casa Verde Amarela

ABECIP E SECRETARIA DA HABITAÇÃO/GOVSP

não havia ônus para os mutuários: eles recebiam praticamente tudo o que haviam pago, com correção. A onda de distratos deixou as construtoras com estoques elevados de unidades justamente quando estavam prestes a terminar as obras, tinham o caixa comprometido e arcavam com as despesas de manutenção dos imóveis. Em 2018, Michel Temer sancionou uma nova lei para regulamentar o distrato de imóveis. Desde então, os clientes que desistirem da compra de um imóvel negociado na planta terão de pagar até 50% do valor repassado à construtora a título de multa. "Esse problema está mitigado, mas não eliminou o risco de uma repetição da onda de distratos, ainda que em menor escala. Tem família que já adiantou pagamentos, colocou um pouco mais de dinheiro na construtora. Tem construtora que está recebendo mais dinheiro na obra, como parcela, do que financiamento", relata Assis. O analista destaca ainda a queda da renda real das famílias e a escalada das taxas de juro.

O diretor-executivo da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Filipe Pontual, prefere, no entanto, celebrar os recordes sucessivos da captação da caderneta de poupança, uma das principais fontes de lastro do crédito imobiliário, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. "Batemos um recorde de financiamento imobiliário com recursos da poupança em 2020, quebrado em 2021: foram 124 bilhões de reais e 225 bilhões de reais, respectivamente", assinala. Para este ano, a projeção é de um total de 180 bilhões de reais. De qualquer maneira, as operações com *funding* do FGTS, a outra fonte de recursos do sistema, estão em situação melhor do que no ano passado, quando gerou 49 bilhões de reais para financiamento imobiliário. Em 2022, os recursos do FGTS são estimados em 64 bilhões, que, somados ao dinheiro da caderneta, devem gerar um montante total de recursos de 244 bilhões de reais.

A captação de recursos via poupança e FGTS bate recordes sucessivos

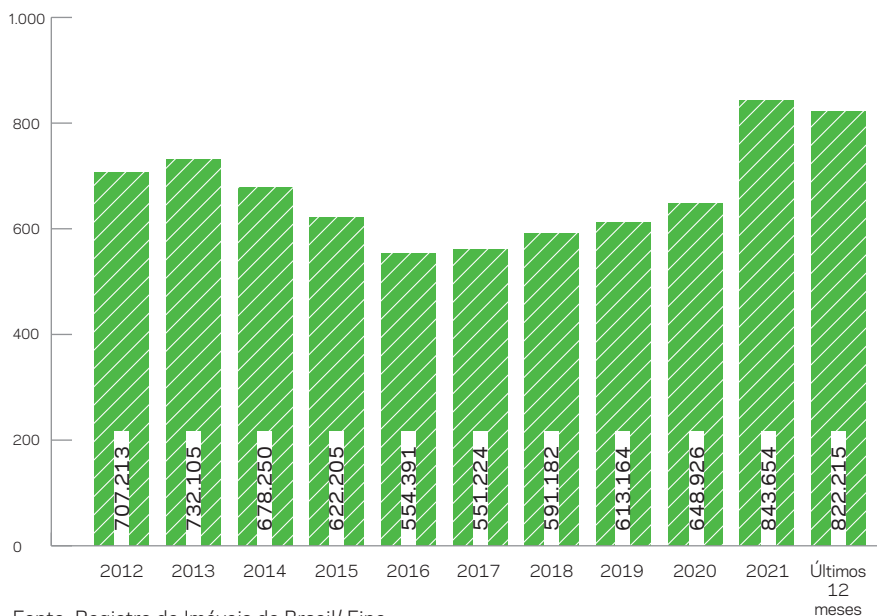
Para o segmento do programa Casa Verde e Amarela, que vem de quedas de 36,5% nos lançamentos e 14,6% nas vendas, no segundo trimestre deste ano sobre o mesmo período de 2021, Assis lista as medidas de estímulo adotadas pelo governo Bolsonaro, que reduziu a taxa de juros efetiva do financiamento, de

8,6% para 7,6% ao ano, no caso de imóveis com valor de até 350 mil reais. Aqueles com valores que ultrapassem esse teto, mas cotados em até 1,5 milhão de reais, pagam juros de 8,1% ao ano. Houve ainda a extensão no prazo de pagamento e a utilização do FGTS mensal no abatimento de parcelas, medida mais relevante para o segmento, segundo o analista. "Isso dá uma capacidade de financiamento muito maior para as famílias, cujo principal obstáculo é o comprometimento de renda das parcelas, limitado a 30%. Com o aumento do prazo de 30 para 35 anos, o valor das parcelas diminui expressivamente, o que amplia a capacidade de mais brasileiros acessarem o programa. Isso deve possibilitar que se chegue ao fim do ano com a utilização de 100% do programa."

"Os empresários ficaram preocupados e botaram o pé no freio, puxaram o freio de mão. Só que as vendas voltaram a crescer a partir de medidas que foram tomadas, principalmente na baixa renda, com subsídio, taxa de juros, algumas coisas desse tipo, que reaqueceram o mercado. Para você ter uma ideia, chegamos no mês de julho de 2022 vendendo 20% a mais do Casa Verde e Amarela do que se vendeu em 2021", afirmou José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, em entrevista ao jornal *O Globo*.

Ânimo. Pontual continua otimista com as perspectivas do setor nos próximos meses

COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

Quantidade anual de registros no Estado de São Paulo

Fonte: Registro de Imóveis do Brasil/ Fipe

Para analistas da Levante Investimentos, as medidas provisórias de fomento ao setor por meio de reduções dos juros imobiliários e aumento dos subsídios ao programa Casa Verde Amarela devem ter continuidade em 2023, independentemente do resultado eleitoral, dado que os programas sociais atrelados à construção civil detêm um tamanho muito elevado para não apresentarem continuidade, bem como função social. "O problema para o próximo ano é o déficit fiscal, furar o teto de gastos, a insegurança", diz Alberto Ajzental, da Fundação Getulio Vargas e executivo financeiro do setor imobiliário. Ajzental alerta para o repique da inflação no começo de janeiro, quando as alíquotas de ICMS voltarem aos patamares anteriores, e a projeção exagerada do PIB no orçamento de 2,5% para 2023 (o professor estima, no máximo, 1% e o *Boletim Focus*, 0,47%), em vista da perspectiva de supressão ou diminuição dos auxílios emergenciais. "A consequência de um crescimento menor é que a receita com impostos não será aquela que está projetada, de forma que ou se estoura o teto, ou o governo se endivida, ou não faz o que planeja fazer. Esse é o cenário para 2023." O mercado imobiliário, ressalta Ajzental, por sua característica de longo prazo e uso intensivo de capital, precisa de previsibilidade, estabilidade, segurança, inflação e juros baixos. "Quanto mais real e austero for o líder, mais o mercado gosta, mesmo que isso represente um crescimento menor, quanto menos austero, mais populista, a chance de ter problemas com câmbio, juros e inflação, menor o incentivo ao setor." •

Conglomerado verde

A ÚLTIMA RAZÃO DO NOSSO ATRASO É ESSA CAPTURA DO PODER PÚBLICO POR PEQUENOS GRUPOS DE INTERESSE

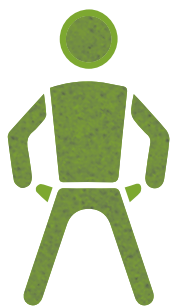
MARCOS LISBOA,
diretor-presidente do Insper

▶ A Ambipar capta 1 bilhão de reais para financiar novas aquisições de negócios sustentáveis

O 1 bilhão de reais em debêntures sustentáveis emitidos pela Ambipar deverá financiar novas aquisições de empresas na área de gestão de resíduos, setor no qual a companhia é pioneira no País. "Ela está buscando consolidar sua atuação nesse ambiente relativamente novo, aqui, no Brasil", diz Enrico Cozzolino, *head* de análise e sócio da Levante Investimentos. Os papéis vencem em seis anos e pagam CDI + 2,85% ao ano, com três amortizações anuais a partir do quarto ano. Em entrevista à publicação especializada *Brazil Journal*, o diretor financeiro da Ambipar, Thiago Silva, disse que a empresa busca ganhar flexibilidade. "Mas continuamos sempre atentos a oportunidades de crescimento e fazer aquisições faz parte do nosso negócio. Nosso *pipeline* está sempre cheio". A operação, acrescentou, "atraiu fundos que procuram investir em títulos com esses compromissos sustentáveis". Assim, um possível uso dos recursos seria quitar uma debênture de 900 milhões de reais da subsidiária ESG, que levantou os recursos em junho de 2021 para comprar a chilena Disal. Para Cozzolino, "o foco dessa dívida é comprar ainda mais empresas relacionadas a serviços ambientais e, eventualmente, gerar energia a partir de resíduos".

ROVENA ROSA/ABR, ISPER E ISTOCKPHOTO

A MERCEDES TERCEIRIZA

A Mercedes-Benz anunciou a demissão de 3,6 mil trabalhadores da fábrica de caminhões e chassis de ônibus em São Bernardo do Campo e a terceirização de parte da operação. Atribuiu a medida à pressão de custo e à transformação da indústria automobilística, fatores que exigem maior foco no *core business* - a fabricação de chassis de ônibus, caminhões e o desenvolvimento de tecnologias e serviços para o futuro. Produção de componentes como eixos dianteiro e transmissão média e serviços de logística, manutenção e ferramentaria serão terceirizados, de preferência para empresas do ABC, disse a montadora.

Dívida

O número de famílias endividadas cresceu 6,1 pontos porcentuais nos 12 meses até agosto, para 79% do total de lares no País, informa a Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo. O porcentual de inadimplentes bateu recorde: 29,6%. E 10,8% dos devedores afirmam não ter como pagar contas atrasadas. "A melhora no mercado de trabalho e políticas de transferência de renda mais robustas têm favorecido os rendimentos das famílias nas faixas mais baixas, mas a inflação ainda elevada desafia o poder de compra dos consumidores. O crédito tem sido um meio importante de sustentar o consumo", analisa Izis Ferreira, economista da CNC.

Bancos

Das cinco empresas listadas na Bolsa com maior valorização de mercado em agosto, quatro são bancos, indica levantamento do *hub* de investimentos Trade Map. Somados, seu valor de mercado aumentou em 77 bilhões de reais. Na liderança está o Itaú Unibanco, que acumulou crescimento de 20 bilhões de reais, seguido pelo BTG Pactual (avanço de 17,8 bilhões), BB (+16,3 bilhões) e Bradesco (+15,4 bi). O Magazine Luiza vem em quinto, com aumento de 11,3 bilhões no valor de mercado, no fim de agosto. A Vale lidera a lista daquelas que perderam valor: caiu 24,1 bilhões, para 296,1 bilhões.

Mobile

O ex-correspondente bancário Brelo agora vende uma tecnologia que permite às instituições financeiras tomar o celular dos devedores como garantia. A solução investiga não só a condição física do aparelho, como sua importância para o usuário, possibilidade de fraudes e inclusão em listas negras. Também permite bloquear o aparelho em caso de inadimplência e habilitar sua transferência para o credor, pois a maioria dos usuários prefere perder o *smartphone* a renegociar a dívida e pagar mais juros, segundo nota da Brelo.

NÚMEROS

12,2 milhões

de reais é a multa aplicada à Apple pela venda do novo modelo iPhone 14 sem carregador de bateria

50 milhões

de reais é o investimento anunciado pelo Carrefour em ações para preservação de biomas brasileiros

200%

de aumento na conta de luz dos europeus é quanto custará a retaliação de Putin às sanções da UE, calcula o Goldman Sachs

Não ao futuro

CHILE Uma maioria expressiva rejeita a nova Constituição e a esquerda busca um bode expiatório para a derrota

POR SERGIO LIRIO

Três anos no Chile parecem uma eternidade. No domingo 4, saudosos pinochetistas agitavam bandeiras e promoviam uma sinfonia de buzinas na Avenida Bernardo O'Higgins, ou simplesmente Alameda, principal via da capital Santiago. Quase não se viam chilenos de origem indígena em meio à multidão que celebrava a vitória incontestável do "não" à nova Constituição elaborada para enterrar de vez a carta autoritária e neoliberal imposta durante a ditadura de Augusto Pinochet: 61,9% dos eleitores rejeitaram a proposta da Assembleia Constituinte. Nem parecia a mesma rua, a mesma cidade e o mesmo país de 2019, quando manifestantes inflamados ocuparam por semanas a Alameda e a transformaram em um símbolo da insatisfação popular com um modelo econômico que, a despeito de ter produzido uma das rendas *per capita* mais elevadas do Cone Sul, cerca de 13 mil dólares, só beneficia uma minoria.

Os protestos de 2019 moveram as placas tectônicas da política chilena. A Assembleia Constituinte, aprovada por 78% dos eleitores em um referendo em agosto do ano seguinte, nasceu da pressão das ruas, assim como a candidatura vitoriosa de Gabriel Boric, político de esquerda de 36 anos forjado no movimento estudantil e com ideias que superam o bolorento caudilhismo sul-americano e conceitos ultrapassados dos tempos da Guerra Fria. A esquerda mundial voltou os olhos para o Chile, mas, cinco meses após a posse de Boric, o medo venceu a esperança. "Além das legítimas divergências, sei que prevalece a vontade de diálogo e encontro", contemporizou o presidente em cadeia nacional de rádio e tevê na noite do domingo. "O povo não ficou com a proposta de Constituição que a convenção apresentou ao Chile e, portanto, decidiu rejeitá-la de maneira clara nas urnas. Mas deixemos para trás maximalismos, violência e intolerância."

A rejeição ao trabalho da Constituinte confunde-se com a decepção inicial em relação ao governo. A crise econômica aprofundada pela pandemia, associada à recente disparada da inflação, jogou a popularidade de Boric na sarjeta. No fim de junho, apenas 24,6% dos chilenos aprovavam a gestão do presidente empossado em março. Sem forças para influenciar no plebiscito, resta ao jovem mandatário tirar lições do episódio. No pronunciamento oficial em que aceitou humildemente a derrota, Boric afirmou ter entendido o recado dos eleitores. Dois dias depois, na terça-feira 6, iniciou uma reforma ministerial com a troca de quatro auxiliares. "Fazer frente a esses importantes e urgentes desafios exigirá ajustes rápidos em nossas equipes governamentais", declarou. Mais difícil será encontrar maneira de retomar ainda neste mandato o debate sobre uma nova Constituição, embora a maioria dos chilenos deseje a substituição da Carta pinochetista e o presidente tenha garantido que a luta continua, companheiro: "Estou empenhado em fazer tudo da minha parte para construir, juntamente com o Congresso e a sociedade civil, um novo caminho constituinte". Após o fim da ditadura, o Parlamento conseguiu excluir os artigos que exacerbavam os poderes do aparato de repressão e limitavam os direitos políticos e individuais, mas os capítulos econômicos ultraliberais, redigidos por egressos da Escola de Chicago, continuam praticamente intactos. O jogral entre a Concertácion, frente de centro-esquerda, e representantes da direita liberal que vigorou desde a derrubada de Pinochet engessou o sistema e impeliu os governos a promover retoques cosméticos no "celebrado" modelo chileno – até a explosão dos protestos de 2019.

> "Sei que prevalece a vontade de diálogo e encontro", minimizou o presidente Gabriel Boric

Enquanto os derrotados nas últimas eleições presidenciais e os mercados celebravam o resultado do plebiscito – na segunda-feira 6, a Bolsa local subiu mais de 3% e o peso valorizou-se ante o dólar –, a esquerda lambia as feridas e iniciava a habitual caça às bruxas para identificar os culpados pelo vexame nas urnas. Para certa linha de pensamento, a responsabilidade pesa sobre os ombros do grupo de constituintes que teria preferido enfatizar questões identitárias a focar nos direitos básicos dos cidadãos, entre eles saúde,

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 44
Argentina. A população repudia em peso o atentado contra Cristina Kirchner

educação e previdência. Não que os temas econômicos tenham sido esquecidos. Ao contrário. O texto previa a criação de um SUS chileno, majoritariamente público, e alterava o modelo de aposentadorias: a capitalização individual, que condena a maioria dos pensionistas a receber menos do salário mínimo local, de 400 dólares, seria substituído por um sistema tripartite, baseado em contribuições proporcionais dos trabalhadores, das empresas e do governo. Os eleitores foram, no entanto, bombardeados por mentiras e distorções a respeito de pautas de costume e identidade contemplados na proposta: a criação de um Estado plurinacional, com reconhecimento da Justiça indígena – as etnias representam 12,8% da população –, a liberação do aborto e os mecanismos de democracia direta e paritária.

O historiador Célio Turino assistiu *in loco* as polêmicas em torno da nova Constituição. Nos últimos meses, a convite do governo Boric, o brasileiro acompanhou a implementação no país de um programa semelhante aos pontos de cultura criados durante os mandatos petistas. No Twitter, Turino corroborou a tese de que os defensores do processo constituinte falharam na comunicação e foram atropelados pela rede de desinformação dos opositores. "Inegavelmente, as forças pró-Constituição caíram na armadilha de dar enfoque a conceitos e procedimentos ainda não plenamente compreendidos pela população e falaram pouco sobre as conquistas sociais e econômicas de interesse da maioria", escreveu. "Os defensores do Apruebo ficaram enredados na proteção da pauta de costumes, rebatendo *fake news* e firulas. Também abriram a guarda na redação ambígua de algumas questões, justas, mas que necessitavam de melhor explicação e aprofundamento, como plurinacionalidade e povos indígenas, gênero e direitos da natureza."

Revés. Os defensores do rechaço tomaram as ruas de Santiago. Boric promete buscar um novo acordo

MARTIN BERNETTI/AFP E PRESIDÊNCIA DO CHILE

Seria, no entanto, ingenuidade ignorar a influência do "gabinete do ódio" chileno e da mídia dominante na esmagadora rejeição ao projeto. O mecanismo profissional de mentiras e boatos nas redes sociais não encontra barreiras de contenção na América do Sul. Funcionou para implodir o acordo de paz na Colômbia, pavimentou a vitória de Bolsonaro no Brasil e agora produz estragos no Chile. "Eu não culparia o texto", declarou à *Deutsche Welle* a especialista em processos constitucionais Ester Rizzi, da Universidade de São Paulo. "Ele é bastante democrático, mas criou-se uma narrativa de relação com ditaduras de esquerda. Foi dito que o país iria virar uma Chilenzuela. De alguma forma, conseguiram associar essa nova Constituição a um processo autoritário. Tinha também uma coisa de achar que a Carta dividia os cidadãos, punha em risco a unidade do Chile." A sombra de Pinochet paira sobre os Andes. •

Chega de ódio

ARGENTINA Após o atentado contra Cristina Kirchner, o povo sai às ruas para dar um basta ao extremismo

POR RODRIGO MARTINS

Horas após o promotor Diego Luciani denunciar Cristina Kirchner, opositores do governo argentino se dirigiram à porta do edifício onde mora a ex-presidente e atual vice de Alberto Fernández, no bairro da Recoleta, em Buenos Aires, para pedir sua condenação. Em meio ao panelaço, a turba a insultava: "Ladra, ladra!" Convocada, a militância kirchnerista não tardou a reagir. Houve confronto e a polícia precisou intervir para separar os grupos. Em menor número, os opositores se retiraram. Os apoiadores permaneceram em vigília e jamais arredaram pé do local. E foi justamente esse cordão de proteção que favoreceu a aproximação de Fernando Andrés Sabag Montiel, de 35 anos, o homem que tentou assassinar Cristina em frente à sua casa.

A denúncia contra a ex-presidente foi apresentada à Justiça em 23 de agosto. Em um processo com a marca do lavajatismo brasileiro, Luciani pediu a condenação de Cristina a 12 anos de prisão – exatamente o mesmo período que ela e seu falecido marido, Néstor Kirchner, estiveram no poder –, e a inabilitação perpétua para cargos públicos por conta do bilionário prejuízo causado aos cofres públicos pelo suposto direcionamento de licitações de obras públicas, sobretudo em rodovias de Santa Cruz, seu berço político.

Trata-se, nas palavras de Fernández, de uma "perseguição judicial e midiática" contra sua vice, que tem por objetivo "tornar Cristina Kirchner inelegível para as eleições, a exemplo do ocorrido com outros líderes populares, como o ex-presidente Lula". A espetaculosa acusação contribuiu para acirrar ainda mais os conflitos entre opositores e governistas, estes últimos desgastados pela grave crise econômica enfrentada pelo país, com uma inflação acumulada de 71% no período de 12 meses até julho.

De nacionalidade brasileira, o autor do atentado vive na Argentina desde os 6 anos de idade. Montiel trabalhava como motorista de aplicativo e foi detido, em março do ano passado, por porte de arma branca. À época, ele foi abordado pela polícia por circular com um Chevrolet Prisma sem a placa traseira, segundo ele caída em um "acidente de trânsito". Ao abrir a porta para pegar a documentação do carro, uma faca de 35 centímetros caiu no chão. Sem condenações anteriores, teve a arma apreendida, mas não chegou a ficar preso pela contravenção. Os policiais deveriam ter sido mais cautelosos diante das evidências de sua participação em grupos extremistas.

> Fernando Montiel, o autor do ataque, coleciona tatuagens ligadas ao nazismo

Montiel ostenta diversas tatuagens associadas ao nazismo. Em seu cotovelo, há um sol negro, representação comum entre os adoradores de Adolf Hitler. As runas sobrepostas foram adotadas por Heinrich Himmler, o temido chefe da SS e da Gestapo, organização paramilitar ligada ao Partido Nazista e a polícia secreta do regime, respectivamente. Na mão direita, possui, ainda, o desenho da cruz de ferro, condecoração militar existente desde a Prússia e mantida no Terceiro Reich. Além disso, vários familiares possuem problemas na Justiça. Seu pai, o chileno Fernando Ernesto Montiel Araya, para citar um exemplo, foi expulso do Brasil em 2020, após sofrer condenações por furto, estelionato e falsificação de documentos.

Foi a tatuagem da cruz de ferro na mão que permitiu às autoridades confirmarem que o homem detido por apoiadores de Cristina Kirchner era, de fato, o autor do atentado. Em meio à multidão, Montiel aproximou-se sorrateiramente, apontou a arma contra a ex-presidente e apertou o gatilho ao menos uma vez. Estava a poucos centímetros do alvo. Em um dos vídeos que registrou o momento do ataque, é possível ouvir claramente o ruído do disparo frustrado. Embora a quadragenária pistola Bersa estivesse municiada com cinco balas, nenhuma delas foi acionada, provavelmente por causa de uma trava de segurança que o extremista esqueceu de desativar. A arma de fabricação argentina, com numeração parcialmente raspada, foi encontrada no chão. Pertencia a um antigo vizinho de Montiel, já falecido. As autoridades ainda não sabem, porém, se foi roubada ou presenteada.

O brasileiro recusa-se a depor. No apar-

EMILIANO LASALVIA/AFP E REDES SOCIAIS

Por um fio. O brasileiro apertou o gatilho a poucos centímetros da ex-presidente. Por sorte, a pistola falhou

tamento do motorista de aplicativo, localizado no município de San Martín, na região metropolitana de Buenos Aires, a Polícia Federal da Argentina encontrou duas caixas de munição marca Magtech, calibre 9 mm, com 100 balas ao todo. Ao tentar desbloquear o celular do criminoso, peritos aparentemente cometeram um erro e resetaram o aparelho para as "configurações de fábrica", segundo o jornal *Página 12*. Responsável pelo caso, a juíza María Eugenia Capuchetti ordenou uma investigação paralela para apurar se o celular já estava com os dados apagados ou se o problema ocorreu por imperícia dos investigadores. Ao decretar a prisão da namorada de Montiel, a mitômana Brenda Uliarte, a magistrada decretou o sigilo do inquérito. A suspeita é de que ela tenha auxiliado Montiel, e não se descarta a participação de outros no atentado.

Inicialmente, a jovem declarou-se estarrecida com o ataque e disse que viu o namorado pela última vez dois dias antes do crime. Imagens de câmeras de segurança revelaram, porém, que ela mentiu a esse respeito. As suspeitas avolumaram-se após os investigadores identificarem um estranho comportamento de Brenda. Em entrevistas à mídia argentina, nas quais criticou os programas sociais argentinos por "estimular a vagabundagem", ela se apresentava como "Ambar". Esse era o alter ego virtual que ela escolheu para se apresentar em plataformas de *streaming* de conteúdo erótico. Como Lizz Manson, fingiu ter cometido suicídio, em uma rede social, por não "encontrar sentido na vida". No LinkedIn, usava o nome verdadeiro, mas se apresentava como funcionária da Shell, ocupação desconhecida por seus familiares. Segundo o relato de um tio ao jornal *La Nación*, ela nem sequer havia concluído o ensino médio.

Embora lideranças da direita tenham criticado Fernández por decretar feriado na sexta-feira 2, para que centenas de milhares de argentinos pudessem sair às ruas em protesto contra o atentado e o clima de ódio político, a Câmara dos Deputados aprovou no dia seguinte uma moção de repúdio ao ataque, com votos de governistas e opositores. Sinal de maturidade. O texto exorta o povo a buscar "caminhos que levem à paz".

O papa Francisco e líderes de todo o mundo também manifestaram solidariedade a Cristina Kirchner. Por meio de nota, o Itamaraty disse que o Brasil repudia "qualquer forma de violência política". Jair Bolsonaro, como previsto, evitou ao máximo emitir qualquer aceno à vice de um governo de esquerda. Provocado por jornalistas, disse já ter publicado "uma notinha", em provável alusão ao texto do Ministério das Relações Exteriores. "Eu lamento. Agora, quando eu tomei a facada, teve gente que vibrou por aí", esquivou-se. À época, convém lembrar, todos os presidenciáveis repudiaram o ataque cometido por Adélio Bispo. •

Nos passos do dragão

ENTREVISTA O mero superávit comercial não pode guiar a parceria do Brasil com a China, diz Robert Lawrence Kuhn

A MELISSA CAMBUHY

A partir da próxima edição, o norte-americano Robert Lawrence Kuhn une-se à equipe de colunistas de *CartaCapital*. Banqueiro de investimentos, estrategista com doutorado em neurociências, Kuhn tornou-se um dos principais estudiosos de China, experiência acumulada desde a sua primeira viagem ao país, em 1989, a convite da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia. "Fui fisgado desde o momento em que cheguei", recorda. "Suspeitei então que a economia, a política, a diplomacia e a cultura chinesas logo passariam a ter grande importância para o mundo." Bem relacionado na cúpula do Partido Comunista, agraciado com a Medalha da Amizade da Reforma da China, uma das maiores honrarias do país, o especialista terá o desafio de, quinzenalmente, oferecer aos leitores da revista uma visão mais realista e menos preconceituosa do país que caminha a passos largos e decididos para se tornar a maior economia do planeta. Dois de seus livros serão em breve lançados no Brasil pela Autonomia Literária: *Como os Líderes Chineses Pensam* e *Como a China Superou a Pobreza*. Na entrevista a seguir, Kuhn detalha os objetivos da Nova Rota da Seda, fala dos desafios chineses para superar os Estados Unidos e manda um recado aos brasileiros: é preciso inovar para superar a assimetria das relações comerciais com Pequim.

CartaCapital: O mundo vive aparentemente uma quadra de decadência do Ocidente e ascensão do Oriente. Como um norte-americano que conhece profundamente a China, qual a sua avaliação a respeito do fenômeno? Estamos às portas de uma nova ordem mundial?

Robert Lawrence Kuhn: O PIB *per capita* chinês aumentou cerca de cem vezes, ou seja, 10.000%, desde o início dos anos 1970. Em todas as áreas de importância global, especialmente na economia e no comércio, e cada vez mais na ciência e na tecnologia, a China está entre os líderes. Mas os chineses enfrentam hoje fortes ventos contrários: envelhecimento e retração demográfica, desequilíbrios industriais, dívida elevada, degradação ambiental, tensões internacionais, fuga de capitais e restrições ideológicas em uma economia de mercado. Embora a China aposte na inovação interna como prioridade nacional, é uma questão em aberto se a sociedade será capaz de nutrir e sustentar uma inovação de classe mundial. Quanto ao declínio do Ocidente, não há dúvida. Os EUA continuam, porém, a ser o lugar onde os melhores e mais brilhantes procuram estar. Como disse um sofisticado estudioso chinês, saberemos que os EUA estão em declínio quando as pessoas pararem de fazer fila para obter vistos nas embaixadas norte-americanas.

> "Ter um pensamento inovador é necessário para as empresas e o governo brasileiros"

CC: Como a Nova Rota da Seda se diferencia das estratégias ocidentais de inserção internacional?

RLK: A Iniciativa do Cinturão e Rota da China (BRI), apresentada pelo presidente Xi Jiping, está na base da política externa. A BRI aproveita a experiência inigualável do país e as vantagens competitivas na construção de infraestrutura: ferrovias, estradas, portos, aeroportos, usinas de energia, telecomunicações. Não há nada mais importante para as nações em desenvolvimento do que a infraestrutura. Deixe-me traçar a história da BRI e o desenvolvimento do nome. Em 2014, veio "o Novo Cinturão Econômico da Rota da Seda", calcado na expansão terrestre: a China focada na Ásia Central e em busca de conexão com a Europa. O segundo, em 2015, é a "Rota da Seda Marítima do Século XXI", sobre a água: uma aproximação do Sudeste Asiático, Oriente Médio, África e Europa. Essas duas Rotas da Seda foram então combinadas na estratégia de desenvolvimento econômico "One Belt, One Road", que então mudou seu estranho nome em inglês para "Belt and Road Initiative" (o original chinês de "One Belt, One Road" soa fluente e é mantido).

CC: Qual é o objetivo de Pequim?

RLK: A BRI não é caridade. A China diz buscar um ganha-ganha. O país benefi-

Reforço. Kuhn, um dos mais renomados especialistas em China, une-se à equipe de colunistas de *CartaCapital*

cia-se do acesso a matérias-primas, negócios para suas grandes empresas de construção e, mais importante, do desenvolvimento de novos mercados para seus produtos. O sucesso da China é bom porque garante a continuidade da BRI. Recentemente, Xi Jiping apresentou a Iniciativa de Desenvolvimento Global da China, baseada na plataforma de infraestrutura da BRI e que aborda as desigualdades globais, com foco no alívio da pobreza, segurança alimentar, resposta e vacinas à Covid-19, financiamento do desenvolvimento, mudanças climáticas, desenvolvimento, industrialização, conectividade e economia digital. A iniciativa de desenvolvimento global e a BRI se combinam para implementar a visão de Xi Jiping de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

CC: Como a China vê suas relações com a América Latina? Qual o papel do Brasil?

RLK: A América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, são altamente importantes para a estratégia econômica de longo prazo dos chineses. Há mais de uma década acompanho o BRICS de perto, do ponto de vista da China, e posso testemunhar o quanto Pequim o leva a sério. Não se pode ignorar a resposta competitiva chinesa ao buscar aumentar seus negócios no hemisfério ocidental, domínio dos EUA na velha ordem, assim como Washington persegue uma estratégia no Indo-Pacífico com aliados e outros Estados independentes da China. Conclusão: os chineses aumentarão seu compromisso com o Brasil e cabe aos brasileiros moldá-los de acordo com seus interesses de longo prazo.

CC: Uma marca da Iniciativa do Cinturão e Rota tem sido a oferta de investimentos em infraestrutura, desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico em troca muitas vezes de *commodities* e bens de baixo valor agregado. A partir das parcerias na Nova Rota da Seda, como o senhor avalia os potenciais de cooperação entre Brasil e China? A China pode ser uma aliada para a reconstrução econômica brasileira?

RLK: Certamente. As parcerias entre o Brasil e a China são naturais, há um enorme potencial de negócios. Começa com a infraestrutura, que a China constrói e financia e que o Brasil precisa e pode ser digna de crédito. Reconhece o comércio substancial e crescente. A relação deve levar em conta, porém, a assimetria entre as duas nações. Quase todas as exportações do Brasil para a China são matérias-primas e *commodities*: soja, minério de ferro e petróleo bruto respondem sozinhos por cerca de três quartos, segundo os dados de 2020. Adicione a carne bovina congelada e o porcentual passa de 80%. Por outro lado, as exportações da China para o Brasil são quase inteiramente de bens manufaturados, com sofisticação crescente na cadeia de valor: telefones, equipamentos de transmissão, semicondutores, circuitos integrados. Embora o Brasil tenha uma balança comercial favorável, a assimetria, obviamente, não ajudará o Brasil a desenvolver tecnologias e produtos do século XXI. A boa notícia é que os líderes da China estão cientes desse problema estrutural e trabalharão para resolvê-lo. Não será fácil. Ter um pensamento inovador é necessário para as empresas e o governo brasileiros. •

KUHN FOUNDATION E NICOLAS ASFOURI/AFP

De frente para o inimigo

TheObserver O esforço de civis e militares ucranianos para deter a ofensiva russa na região do Donbas

POR ED VULLIAMY, DE MYKOLAIV

O médico veste seu jaleco branco pela primeira vez desde 1º de agosto. Naquele dia, o principal hospital civil de Mykolaiv foi atingido diretamente por um míssil de cruzeiro russo, que reduziu o centro de traumatologia a paredes carbonizadas e suas entranhas escancaradas, além de danificar o prédio principal o suficiente para desativar a farmácia no primeiro andar, o laboratório no segundo, o departamento de ginecologia no terceiro, o de urologia no quarto e centros de traumatologia no quinto.

Agora, enquanto as tropas ucranianas montam uma ofensiva há muito esperada contra os russos que ocupam a cidade vizinha de Kherson, o hospital reabre, com sua equipe reduzida. Perto das ruínas da farmácia, os restos retorcidos de leitos hospitalares jazem no asfalto, arremessados pela força da explosão do míssil. Os funcionários entram por uma porta improvisada com aglomerado, depois de passarem pelos esqueletos dos carros atingidos no ataque. "Recebemos nosso primeiro paciente desde a reabertura", diz o médico, chefe do departamento de anestesiologia. "Um paciente com ferimentos na cabeça de uma explosão de mina, lesões de entrada e de saída no crânio. Vamos operar como se fosse um tumor cerebral."

As batalhas por Mykolaiv e pela libertação de Kherson são cruciais para a defesa da Ucrânia na costa do Mar Negro. Esta cidade de estaleiros navais é a última barreira entre Kherson, 48 quilômetros a sudeste, e a estrada para Odessa, que efetivamente controla o mar.

Os russos tomaram Kherson nos primeiros dias da invasão e entraram em Mykolaiv, mas foram repelidos por uma audaciosa contraofensiva ucraniana. Mas a cidade é um fantasma de si mesma. Um silêncio sinistro envolve um verão chuvoso, há mais cães nas ruas cheias de crateras do que moradores desesperados ou imprudentes o suficiente para andar por elas. As vias de entrada e saída estão ocupadas por vários postos de controle. Calcula-se que cerca de metade da população tenha fugido depois dos terríveis bombardeios em junho e julho.

> "Querem destruir o tecido das nossas vidas", diz um médico

Muitos dos 230 mil que permanecem são idosos e incapazes de sair.

Em todas as direções há restos de edifícios civis danificados. Na manhã de nossa visita, dois mísseis russos S-300 atingiram a entrada da Universidade Petro Mohyla do Mar Negro e destruíram 27 casas vizinhas. No fim de semana passado, mísseis russos erraram a principal ponte rodoviária que liga Mykolaiv a suas linhas vitais a oeste e a Odessa.

À medida que a contraofensiva rumo a Kherson começa, os médicos, enfermeiros, paramédicos e auxiliares restantes em Mykolaiv trabalham mais que nunca. Antes da guerra, diz o médico, "lidávamos principalmente com acidentes de trânsito e coisas parecidas. Agora são explosões de minas e ferimentos causados por ataques de mísseis ou foguetes. Quando há combate severo ou muitos bombardeios, temos uma carga de trabalho enorme. Desde o fim de fevereiro, transfundimos meia tonelada de plasma".

O golpe direto veio em 30 de julho, depois de duas noites de bombardeio feroz. "Foi uma noite terrível", lembra o médico, "muito assustadora para todos nós, com um número enorme de internações." No dia seguinte ao ataque ao hospital, bombas de fragmentação russas atingiram a rodoviária, matando sete civis e ferindo 14. "Estão destruindo hospitais, a universidade, escolas que ficam vazias durante o verão, o porto e os estaleiros. Eles querem destruir o tecido de nossas vidas. Atingiram uma refinaria de petróleo em frente à minha casa. Até o centro de treinamento dos bombeiros foi atingido."

O médico trabalha aqui há 14 anos. Seu consultório – "onde dormi nos primeiros três meses da guerra" – está cheio de medicamentos doados. "Estamos bem abastecidos, pois a diáspora é organizada e há uma boa rede de voluntários no exterior. O problema é a falta de pessoal. Somos

O CERCO RUSSO

Pontos nevrálgicos do conflito na Ucrânia

Controle russo | Avanços da Rússia | Áreas onde a Ucrânia recuperou o controle

Fonte: Institute for The Study of War com AEI's Critical Threats Project

MINISTÉRIO DA DEFESA DA UCRÂNIA/AFP

Incinerado. O hospital de Mykolaiv foi consumido pelo fogo após o bombardeio russo em 1º de agosto

poucos. Estamos muito unidos, mas há depressão entre os funcionários."

Na saída de Mykolaiv em direção a Kherson, chegamos a uma base da 59ª Brigada de forças ucranianas, instalada num parque industrial. A partir daqui, é uma viagem para sudeste em direção à linha de frente, com o coração na boca, em meio a postos de controle na periferia da cidade, barreiras antitanque e um cruzamento ferroviário meio bloqueado por um vagão de mercadorias aparentemente neutralizado. Em seguida, subimos a alça de acesso à autoestrada, marcada "Kherson", em direção às linhas russas agora sob ataque. Ao longo da estrada deserta há um posto de gasolina convertido em depósito paramédico avançado. Uma velha ambulância blindada está estacionada ao lado de duas novas doadas pela França. Dois paramédicos estão de plantão, prontos para respon-

der a qualquer chamada da linha de frente. Por coincidência, Teresa Hritsik e Anatoly Sobolevskiy vêm de Vinnytsia, no oeste da Ucrânia, de onde se ofereceram para essa posição como médicos civis, mas sob comando militar. "Nossa principal tarefa é a evacuação mais rápida possível de soldados e civis feridos, que tratamos na ambulância e entregamos aos hospitais militares ou civis em Mykolaiv", diz Sobolevskiy. "Os médicos do exército estão nas trincheiras", acrescenta, "e geralmente fazem as evacuações primárias, embora, às vezes, tenhamos uma situação militar na zona vermelha bem perto daqui e nos encontremos na linha de frente."

Mais próximo do campo de batalha, diz Hritsik, a maioria dos civis foi embora. "Mas há agricultores e outros idosos que não querem sair, ou não podem e não têm para onde ir. Às vezes, eles são atingidos, às vezes são pegos nos ataques aos nossos militares, mas de qualquer forma são prisioneiros do combate. Tem um homem lá que não vai embora porque espera o filho voltar de Mariupol." Há um silêncio, prenhe de nosso entendimento tácito de que esta

> "Os russos não diferenciam militares de civis", diz um voluntário socorrista

poderá ser uma espera sem-fim. Voluntários entregam provisões aos civis e "nossos soldados frequentemente compartilham suas rações", afirma o voluntário. "Tivemos de evacuar três deles na semana passada", emenda Sobolevskiy, "uma mãe e dois filhos, claramente visados. Os russos não veem qualquer diferença entre militares e civis: essas pessoas não são 'efeitos colaterais', são alvos desta guerra."

"Antes do conflito", diz Hritsik, "eu era uma médica de artrite. Apresentei-me como voluntária em março, ao ver os rostos de nossos soldados voltando do *front* para Vinnytsia, ambulâncias nas estações de trem, hospitais superlotados... Então me voluntariei para a frente, senti a necessidade, não poderia ajudar de outra forma. Se pudermos ser úteis, devemos ser."

Escombros. A universidade também não resistiu às investidas das tropas

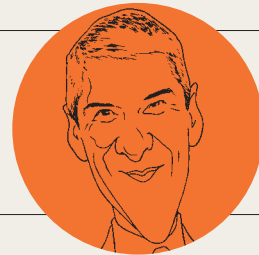
Sobolevskiy era funcionário da alfândega na fronteira da Ucrânia com a Moldávia, no serviço K-9, e lidava principalmente com contrabandistas de narcóticos e álcool, com treinamento em primeiros socorros. "Tentei proteger meu país em tempos de paz", argumenta, "agora devo fazê-lo em tempos de guerra."

Em um silêncio momentâneo e nervoso, há tempo para ouvir sobre um drama que abalou Sobolevskiy mais do que ele consegue dizer: "Meu cachorro labrador Saltan se perdeu e foi embora em Kherson, em 24 de fevereiro, sob ocupação".

"Saltan tinha um medalhão com um número de telefone, e alguém o encontrou dois meses e meio depois, faminto, escondido nas florestas. Recebi uma ligação e quem o achou providenciou para que ele fosse entregue em Kherson. Entrei em contato com uma equipe de meus colegas K-9. A essa altura, havia menos rotas de evacuação, mais perigosas, mas por meio de uma cadeia de contatos Saltan foi entregue no território livre. Ficamos completamente histéricos quando ele apareceu, minha esposa, eu e Saltan."

Duas explosões enormes e profundas sacodem o ar da tarde, a uma distância aproximada de 5 quilômetros. "Bombas de fragmentos disparadas do mar", diz Sobolevskiy, com uma expressão grave. Continuamos a falar sobre Saltan. Três minutos depois, uma salva tripla de explosões semelhantes, muito mais próximas e mais fortes. As expressões nos rostos dos médicos e do major mudam imediatamente. "Nós vamos por aqui", diz Sobolevskiy, com uma decisão repentina, ao apontar para as detonações, e "vocês vão para lá", apontando para Mykolaiv. Depois de apertos de mãos e um aceno, obedecemos, seguindo o jipe de escolta militar em velocidade. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

JOSÉ SÓCRATES

Não é a polarização, é a violência

▶ Lentamente, o ódio político transformou o adversário em inimigo. A política converteu-se numa espécie de guerra de extermínio

A tentativa de assassinato de Cristina Kirchner e a agressão ao irmão do presidente chileno, Gabriel Boric, representam a passagem ao ato depois de vários anos de retórica pública agressiva, intolerante, quase belicista. Lentamente, o ódio político transformou o adversário em inimigo e o inimigo em inimigo radical – o inimigo é a causa do meu ódio, ele obriga-me a odiar e por isso o odeio. A sua existência ofende-me, provoca-me, desafia-me. Passo a passo, a política converteu-se numa espécie de guerra de extermínio que ameaça o convívio entre compatriotas e impede qualquer conversa ou diálogo sobre o que se está a passar. Quando é que tudo isso começou? Bom, a resposta parece-me evidente – com a ascensão da extrema-direita, um pouco por todo o mundo.

Por favor, nada de confusões, o problema democrático não é a polarização, mas a violência. A primeira faz parte do jogo democrático, a segunda tenta destruí-lo. Desculpem usar uma palavra tão forte, mas sempre me pareceu um pouco idiota a queixa da polarização num regime presidencial disputado em dois turnos. Todos os sistemas presidenciais tendem para o duplo polo, tal como o sistema norte-americano, de onde toda a América Latina herdou a cultura política presidencial (por oposição à tradição parlamentar). Na verdade, não é isso que lamentam os aflitos da polarização. As queixas pretendem apenas disfarçar a amarga frustração da direita democrática de não ter um candidato competitivo. Percebo-os muito bem, mas, se me permitem argumentar, o problema é sério demais para se resolver esperneando. A primeira verdade que a direita democrática tem de enfrentar é que o seu problema não é o problema do sistema, não é problema do regime – é apenas o seu problema. E o seu problema é estar refém da extrema-direita e, nessa situação, dificilmente ganhará eleições no Brasil porque perderá o eleitor moderado, o eleitor que não faz prévias escolhas ideológicas e que aprecia tudo o que é equilibrado, comedido, sem rupturas. Esse é, verdadeiramente, o problema da direita democrática – como se ver livre de Bolsonaro. No entretanto, beberá o cálice até o fim.

Mas o mal, podemos dizer assim, é geral. Os sinais de violência no Chile e na Argentina são os mesmos que vemos na Europa. Na Itália, estamos à beira de viver algo nunca visto depois da Segunda Guerra Mundial. A extrema-direita italiana, provavelmente, vai ser o partido mais votado nas próximas eleições e o primeiro-ministro (neste caso, a primeira-ministra) sairá das fileiras do partido que reclama a herança política de Mussolini. Um pouco por toda a Europa as dificuldades da guerra e da economia deixam espaço livre à retórica extremista. Aqui em Portugal, o líder da extrema-direita, evocando um episódio histórico, sugeriu que talvez se devesse atirar o primeiro-ministro pela janela. E ria-se, ria-se muito com a piada. Nos Estados Unidos a derrota de Trump não derrotou de vez a extrema-direita. Recentemente, tivemos de assistir ao espetáculo inédito de um presidente norte-americano a fazer um discurso, inédito e solene, com o único propósito de lembrar ao Partido Republicano que o seu comportamento político ameaça a democracia norte-americana. A América, que sempre se viu a si própria como república exemplar, como "cidade no topo da colina" iluminando o resto do mundo, enfrenta um sério problema existencial.

Os dois incidentes, o do Chile e o da Argentina são, portanto, para levar muito a sério. Em particular no Brasil, aí tão perto. As eleições brasileiras serão seguidas com muito interesse em todo o mundo, não apenas pela importância do país, mas pelo que significam de avanço ou recuo da extrema-direita. O que se passou nestes últimos quatro anos foi mau demais. A política dispensou o adversário e criou o inimigo. A governação foi substituída pelo combate e pela agressão a tudo o que é diferente, o negro, o pobre, o comunista, o homossexual. A política da chamada "família tradicional" autorizou a desconsideração da mulher. Os militares, em aproximações sucessivas, abandonaram a ambição de representação da nação em troca de umas quantas sinecuras no governo. O que mais ouvimos nestes anos foram berros, berros contínuos que impediram a política de dizer algo de humano, algo capaz de acalmar a besta interior. A escolha nas urnas também se fará entre tolerância democrática e violência política. Há coisas que só os povos podem defender – e uma delas é a democracia. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Donald Trump desclassificado

TheObserver A batida fora do comum do FBI foi uma resposta ao comportamento sem padrão do ex-presidente

POR ED PILKINGTON

A foto dos documentos diz tudo. Há uma superabundância de carpetes em Mar-a-Lago, o *resort* de Donald Trump na Flórida, com seu elaborado design floral supostamente destinado a indicar bom gosto e luxo, mas que sinaliza apenas excesso. Há a vulgaridade das molduras douradas baratas enfiadas numa caixa à direita na foto, um eco da película brilhante que emplastra toda a Trump Tower em Manhattan. Na primeira moldura, o ego do proprietário ressoa – é uma capa da revista *Time* de 2019, com os desafiantes presidenciais democratas de Trump, entre os quais Joe Biden, a olhar invejosamente para ele sentado no Salão Oval. Depois há as coisas que realmente importam: as seis pastas de documentos espalhadas pelo chão marcadas "Secret/SCI" ou "Top Secret/SCI". Imediatamente, os papéis conduzem o observador para uma direção muito diferente: essa imagem não é sobre excesso, cafonice ou ego. Trata-se de sigilo, perigo, ilegalidade.

A foto pode ser encontrada anexada ao processo judicial de 36 páginas divulgado pelo Departamento de Justiça na terça-feira 30, em sua batalha com Trump por registros confidenciais. O Anexo F exibe alguns dos documentos confidenciais que o FBI descobriu durante sua busca muito contestada em Mar-a-Lago no início do mês. A imagem resume não apenas o desdém de Trump por normas e leis democráticas, mas o crescente perigo legal que agora se aproxima dele. É cuidadosamente composta e permite ao observador ver apenas detalhes legíveis suficientes para tirar conclusões.

Lá está um documento carimbado em 9 de maio de 2018, um dia depois de Trump anunciar que havia retirado os Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã, como observou a agência de notícias Bloomberg. Há outro documento da Casa Branca marcado como "Secreto, Acesso Limitado", datado de 26 de agosto de 2018. Foi posto em sigilo pelo fato de um dia depois o inimigo de Trump, o senador John McCain, morrer? Ou havia alguma

Entre os documentos apreendidos havia papéis *Top Secret* e com potencial de expor espiões dos EUA

Surrupio. A busca e apreensão no *resort* de Trump na Flórida encontrou documentos confidenciais retirados da Casa Branca. O republicano negava a posse dos papéis

outra razão para explicar sua designação "NOFORN"? – sigla em inglês para "não deve ser visto por nenhum estrangeiro".

Trump tentou menosprezar a importância da fotografia. "Terrível a maneira como o FBI espalhou documentos por todo o chão (talvez fingindo que eu fiz isso)", fulminou em sua rede Truth Social. Mas seu tom irreverente e desdenhoso, sua marca registrada, talvez não seja suficiente nesta ocasião. Não depois da sexta-feira 2, quando o inventário mais detalhado dos materiais apreendidos em Mar-a-Lago foi aberto, com 103 documentos classificados como sigilosos, entre eles 13 marcados como "Top Secret", além de 90 pastas classificadas ou marcadas para devolução ao secretário da Casa Branca ou a um assessor militar, mas que estavam misteriosamente vazias. E não quando outro documento contém as quatro letras devastadoras: HCS-P. Isso significa que há informações coletadas de fontes humanas clandestinas, geralmente espiões ou informantes sob disfarce. Tal "Humint" deve ser excepcionalmente guardada para a segurança da própria população norte-americana.

Essa era a mensagem que o Departamento de Justiça queria transmitir ao divulgar a foto: o tempo da frivolidade terminou. "Agora sabemos que algumas das informações recuperadas foram rotuladas de maneira que poderiam indicar que provinham de fontes humanas confidenciais", disse Andrew McCabe, ex-vice-diretor do FBI de Barack Obama e de Trump. "Há uma chance de as informações terem sido coletadas de gente que trabalha em nome dos Estados Unidos no exterior, incluídas fontes da CIA. Você está literalmente falando sobre a vida deles."

Em 8 de agosto, quando dezenas de agentes do FBI se espalharam por Mar-a-Lago com um mandado de busca emitido por um juiz federal, Trump atacou. "Estes são tempos sombrios para a nossa nação", disse, depois de descrever a busca legalmente autorizada como uma "batida" e retratá-la como um ataque descaradamente político, parecido com um desses "países quebrados do Terceiro Mundo". Ele acrescentou: "Nada desse tipo aconteceu antes com um presidente dos Estados Unidos". Excepcionalmente para Trump, essa última afirmação estava correta. Nunca um presidente norte-americano foi submetido a uma busca involuntária em sua casa por agentes federais à procura de provas em uma investigação criminal.

Nas últimas quatro semanas, foi divul-

MANDEL NGAN/AFP E DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA/EUA

Gado em inglês. Os apoiadores de Trump se concentraram na portaria do *resort* para protestar contra os "abusos"

ISTOCKPHOTO E GIORGIO VIEIRA/AFP

gada uma série de informações que contam o outro lado da história. Acontece que a natureza sem precedentes da busca do FBI foi motivada pelo comportamento ainda mais sem precedentes do 45º presidente dos Estados Unidos. Trump tem sido contestado sobre arquivos há muitos anos. As raízes de sua recusa em cumprir as regras normais relacionadas a documentos remontam pelo menos à sua recusa em divulgar suas próprias declarações de impostos durante a campanha presidencial de 2016, uma resistência a aceitar o acesso do público a seus papéis pessoais é a imagem espelhada de sua afirmação atual de que os registros presidenciais de seu tempo na Casa Branca pertencem a ele.

Ruth Ben-Ghiat, professora de História na Universidade de Nova York, autora de *Strongmen: Mussolini to the Present* (*Homens Fortes: de Mussolini ao Presente*) e editora do boletim *Lucid* sobre ameaças à democracia, diz que essa confusão entre público e privado é central para o estilo autocrático de liderança do republicano. "Para Trump, os registros não são apenas documentos. São uma medida de controle, alavancagem sobre os inimigos e sobre seu círculo íntimo. Esse tipo de líder não reconhece a divisão entre público e privado. Eles têm um modo de exercer o poder em que tudo é deles."

Em junho de 2018, esse comportamento se expressava na Casa Branca. O *site* Politico informou que Trump rotineiramente rasgava registros oficiais, em vez de arquivá-los para custódia nos Arquivos Nacionais, como era legalmente obrigado a fazer. Os assessores da Casa Branca ficavam desesperados ao tentar juntar os documentos de volta, uma vinheta ridícula do governo na era Trump. Depois de ter sido forçado a sair da Casa Branca, muitos papéis presidenciais foram recebidos pelos arquivos em condições igualmente rasgadas.

Documentos que não foram rasgados eram frequentemente acumulados. Stephanie Grisham, assessora sênior da Casa Branca, descreveu o padrão para o jornal *The Washington Post*. No fim de cada dia, as caixas eram levadas para o andar de cima até a residência da Casa Branca. "Elas eram entregues à residência e simplesmente desapareciam." Grisham deu uma visão memorável da estrutura caótica da mente de Trump, representada em forma física pelo conteúdo das caixas. "Não havia rima ou razão. Eram documentos sigilosos em cima de jornais, em cima de papéis que as pessoas imprimiam com coisas que queriam que ele lesse. Esse era o nosso sistema de arquivamento."

Desde a busca em Mar-a-Lago, Trump alegou inocência e agiu como o colegial que murmura negações, enquanto chupa descaradamente um pirulito roubado. "Eles poderiam tê-los a qualquer hora que quisessem – inclusive MUITO tempo

atrás. TUDO O QUE PRECISAVAM FAZER ERA PEDIR", vociferou. No mês passado, ficou bastante claro, no entanto, que os arquivistas pediram, repetidas vezes. Eles começaram a pedir caixas de documentos, de fato, antes mesmo de Trump deixar a Casa Branca, e continuaram a fazê-lo ao longo de 2021. Em 18 de janeiro deste ano, Trump finalmente devolveu 15 caixas de Mar-a-Lago. Assim como o conteúdo confuso descrito por Grisham, elas continham uma mistura de recortes de jornais, notas manuscritas, memorandos, menus de jantar, cartas, um guardanapo de coquetel, papéis informativos, o equivalente em arquivo a um bazar de objetos de segunda mão. Também continham registros que confirmavam os piores temores dos arquivistas. Misturados aos cacarecos havia 184 documentos classificados, 25 deles marcados como "Top Secret" e vários com o arrepiante selo de inteligência humana HCS.

Não terminou aí. Investigadores federais chamados para pesquisar o assunto ficaram convencidos de que Trump ainda escondia coisas. Uma intimação emitida pelo júri em maio exigia a devolução de qualquer documento sigiloso, e em 3 de junho três agentes do FBI e um funcionário do Departamento de Justiça visitaram Mar-a-Lago para apreender mais 38 documentos classificados, incluídos 17 marcados como "Top Secret", que Trump afirmou ter acabado de descobrir. Durante essa visita, um advogado do ex-presidente assinou uma declaração juramentada que dizia, com autorização pessoal do cliente, que "uma busca diligente" havia sido realizada em todas as caixas trazidas da Casa Branca. "Todos e quaisquer" dos documentos que foram objeto da intimação foram entregues e não havia "outros registros armazenados em qualquer espaço de escritório particular ou outro local".

> **Ruth Ben-Ghiat, da Universidade de Nova York: "Trump confunde o público com o privado"**

O FBI continuou desconfiado. Talvez porque, quando levados para dar uma olhada no depósito em Mar-a-Lago, os agentes tenham sido explicitamente proibidos de abrir ou olhar dentro de qualquer uma das caixas da Casa Branca. Talvez as imagens de vigilância capturadas do lado de fora da sala de armazenamento, que o FBI obteve sob uma intimação separada, tenham mostrado funcionários no espaço que deveria ter sido protegido. Ou talvez fosse porque o Departamento de Justiça tinha uma rica rede de informantes em Mar-a-Lago. Os promotores sugeriram fortemente que sim ao se referir a "um número significativo de testemunhas civis" cujas identidades precisavam ser protegidas.

Isso, por sua vez, pode explicar o motivo de o Departamento de Justiça ter chegado ao fim de suas forças e no mais alto nível – o do secretário de Justiça, Merrick Garland – decidiu autorizar a busca em Mar-a-Lago. Se o governo dos Estados Unidos podia extrair com tanta facilidade informações privilegiadas do santuário de Trump, o que impedia os governos estrangeiros de fazer o mesmo? "Mar-a-Lago não é a casa de Donald, é um clube social", disse Michael Cohen, que, como advogado de Trump até 2018, quando se declarou culpado de evasão fiscal e outras infrações, sabe do que fala. "São milhares de sócios e, juntamente com seus convidados, entram e saem do local à vontade. As instalações não são seguras e não há lugar para documentos ultrassecretos." McCabe, o ex-vice-diretor do FBI, também sabe: "Mar-a-Lago é o sonho de um espião. É um lugar público, fácil de entrar. Um oficial de inteligência determinado e treinado poderia entrar e, provavelmente, conseguir uma audiência com o ex-presidente que teve acesso aos segredos mais sensíveis que temos". •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Violação. Os últimos dias de Trump na Casa Branca foram de "queima de arquivos"

Plural

A obra retumbante

MUSEU DO IPIRANGA Por trás da reabertura da instituição, fechada nove anos atrás, está uma aventura da engenharia e do restauro

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 60
Na tevê. A série *Independências* contesta a velha iconografia do Império

Escavações. A construção de um novo edifício, abaixo do prédio do século XIX, envolveu a aplicação de 150 injeções de calda de cimento para estabilizar o solo

GOVSP

Em 2013, faltava menos de um mês para o Dia da Independência quando o Museu do Ipiranga foi repentinamente fechado, sob o risco de desabar. A deterioração não chegava a ser surpreendente em um país que já viu, algumas vezes, museus arderem em chamas. O que surpreende agora, e positivamente, é a sua reconstrução – literal e simbólica.

Embora tenha como pano de fundo disputas políticas (*ler texto à pág. 22*), a milionária empreitada tem um quê dos famosos versos de Mário Quintana: *Eles Passarão/ Eu Passarinho*. E o que fica da obra, iniciada em 2019 e entregue no dia 6 de setembro, é um museu capaz de ajudar na compreensão do passado brasileiro e um bem cultural valoroso. O espaço deve tornar-se, ainda, um marco da arquitetura e da engenharia em São Paulo.

O coração da reforma foi a construção de uma nova área, de 7 mil metros quadrados, abaixo do edifício histórico, que também tem 7 mil metros quadrados. Como o museu foi erguido numa colina, entendeu-se ser possível construir uma nova entrada, no nível do jardim francês, sem que isso fosse um obstáculo à antiga fachada.

Possível era. Simples, não. Por isso, entre as várias aventuras que uma obra desse porte guarda, algumas das mais espantosas residem nos desafios ligados à engenharia. "Tivemos desafios de grande porte: a construção abaixo do prédio histórico, os riscos, o prazo e o custo", resume o engenheiro Frederico Martinelli, coordenador-geral do restauro e da ampliação. No meio do caminho, para tornar a aventura ainda maior, houve a pandemia. "A certa altura, o cronograma era tão apertado, eu já queria que a obra fosse para comemorar o tricentenário", brinca.

O ponto de partida era um edifício pesado e baixo – com quatro pavimentos –, insuficiente para abrigar o acervo de 3,5 mil obras e incapaz de atender às exigências de um espaço cultural contemporâneo. A fundação do prédio já havia provado sua resistência – afinal de contas, está ali desde o século XIX – e, portanto, parecia apta a aguentar uma escavação.

Para tentar dimensionar, para jornalistas e visitantes, o tamanho da encrenca, o engenheiro tira sempre os mesmos números da manga: foram removidos 35 mil metros cúbicos, ou 2 mil caminhões de terra. Como o terreno, dadas as suas características de umidade e volumetria, era sensível, foi preciso tomar medidas, nas palavras de Martinelli, "extremas": o solo recebeu 150 injeções de calda de cimento até 25 metros abaixo da superfície para suportar a intervenção.

> "A certa altura, eu queria que a obra fosse para celebrar o tricentenário", brinca Martinelli

No novo espaço, de vidro e metal, há banheiros, fraldário, café, loja de *souvenirs*, salas administrativas e um auditório. A ligação com o antigo prédio se dá por meio de um elevador e de escadas rolantes às quais se chega cruzando um túnel que, feito um portal dos contos de fadas, nos leva a um outro tempo.

Da escadaria do prédio-monumento foram retiradas – uma a uma, e numeradas – as pedras de mármore de Carrara, que, recuperadas e limpas, ressurgem novinhas em folha. Depois de subi-la, o visitante depara-se, nas laterais do torreão central, com dois bandeirantes esculpidos em tamanho gigante.

Logo adiante, no alto das escadas que levam às salas expositivas, há outros bandeirantes, em tamanho menor, mas em idêntica postura de conquistadores. Ao lado deles e de uma estátua de Dom Pedro I, vê-se o quadro *Ciclo da Caça ao Índio*. Tudo isso é tombado pelos patrimônios municipal, estadual e federal e não podia, portanto, ser modificado.

O peso e o desconcerto gerados por essas imagens são, porém, contemporizados por um cuidadoso material multimídia que contextualiza o que ali se vê – não custa lembrar que, em 2021, atearam fogo à estátua do Borba Gato e que a velha iconografia da história está posta em xeque (*ler texto sobre a série* Independências *à pág. 60*).

Mas nem só de memórias desconfortantes se faz esse passado. Do ponto de

vista da engenharia e da arquitetura, o passado provoca, sobretudo, fascínio. "O cimento só começou a ser construído no Brasil de maneira consistente a partir de 1920, ou seja, o prédio foi erigido sem cimento. Tudo foi construído com madeira, cal, areia e tijolo", descreve Martinelli. "Como não havia concreto, as lajes são sustentadas por soalhos de madeira, feitas com toras de árvore alinhadas em T."

As paredes são responsáveis por sustentar toda a estrutura e, não à toa, têm espessura de 50 centímetros a 1 metro – hoje, uma parede não passa dos 20 centímetros. Para aliviar o peso, o engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, responsável pelo projeto original, iniciado em 1888, usou taipa nos últimos pavimentos.

"Ele desconfiava que o prédio estava ficando pesado demais e resolveu fazer algumas paredes mais leves", diz Martinelli. Daquilo que segue visível, chamam especial atenção as 450 janelas e portas de enormes batentes, agora totalmente restauradas, assim como o piso de ladrilho hidráulico, refeito com ladrilhos originais e outros recriados.

Formado em engenharia pela Mauá, em 1979, e mestre pela Escola Politécnica da USP, Martinelli diz que, antes desse projeto, não só tinha pisado uma única vez no Museu do Ipiranga, numa excursão escolar, como não tinha conhecimento específico em prédios históricos. Sua especialidade é a gestão de grandes obras – de shoppings a conjuntos habitacionais.

Até agora, parece lhe soar espantoso que, neste caso, enquanto a obra aconteceu, três quadros permaneceram ali. Um deles é *Independência ou Morte* (1888), de Pedro Américo, que, devido às suas dimensões (415 x 760 cm), não passaria pela porta. As outras duas são as também enormes *A Conversão do Apóstolo Paulo a Caminho de Damasco* e *Partida da Monção*.

As três pinturas passaram, assim como o prédio, por um complexo processo de restauro e depois ficaram protegidos por uma estrutura de madeira.

Passado e presente. Durante o restauro, o célebre quadro *Independência ou Morte* teve de permanecer no prédio, entre entulho e barulho, porque, de tão grande, não passava pela porta

MUSEU DO IPIRANGA/USP

Embora o restauro desses quadros grandiosos tenha sido uma tarefa e tanto, ela não foi maior do que a lida com o acervo completo, que inclui papéis e miudezas. "Desde o fechamento, a gente tinha um desafio enorme, que era tirar tudo dali. Como se esvazia um museu? Isso nunca tinha sido feito no Brasil", diz Teresa Cristina Toledo de Paula, supervisora da seção técnico-científica de conservação.

Nos editais de transferência do acervo, era preciso, conta Teresa, não apenas listar, mas precificar item por item. "Foram dois anos para tirar tudo dali e mandar para diferentes imóveis", rememora, como se ainda não acreditasse que deu tudo certo. Para receber tanto material, foi preciso alugar vários imóveis, separar as coleções e, depois, contratar diferentes ateliês de restauro.

Os desafios, como tenta explicar Teresa, eram de naturezas muito diversas. Ela se lembra, por exemplo, de um estojo de joias, de não mais de 20 centímetros, em formato de jacaré, que ninguém conseguia concluir como recuperar. "Ele passou por várias mãos", diz. "A gente lidou com materiais muito sensíveis. Você tem, por exemplo, uma flor de tecido que acha que recuperou e, no dia seguinte, a flor aparecia murcha."

> "Como se esvazia um museu?", se perguntava a restauradora antes de a obra começar

Todo esse mundo de coisas enormes e minúsculas voltou para o prédio em junho: "A partir daí, fomos colocando as coisas no lugar em que cada uma deveria estar".

Funcionária concursada, Teresa começou a trabalhar no Museu do Ipiranga aos 29 anos. Estava lá quando o museu fechou e se lembra de ter batido de porta em porta para pedir ajuda para proteger *Independência ou Morte* do teto sob risco de desabamento. "É toda uma vida", diz, sem conseguir disfarçar a emoção com o longo percurso – dela própria e do museu que agora revive. •

– Por Ana Paula Sousa

RITA VON HUNTY

Bicentenário de uma farsa

▶ Em veículos emperrados e com continências à bandeira estadunidense e posturas "imbrocháveis", quem são os imbecis que veem independência onde jaz uma terra arrasada?

A teoria literária caracteriza como farsa o estilo textual, ou de encenação, que envolve uma série de acontecimentos ridiculamente improváveis, com atuação e caracterização grosseiras, toscas e mal-ajambradas, produtoras de efeito risível.

A etimologia da palavra aponta, no francês, para o verbo *farcir* – o ato de preencher e, provavelmente, pelo seu uso recorrente no século XVI, para referir-se aos interlúdios cômicos em textos ou encenações religiosas. Seria algo como "encher linguiça". A comemoração de 200 anos de "independência" do Brasil foi uma farsa para encher linguiça.

Atenhamo-nos aos fatos históricos: um filho encena "um golpe" no pai. O processo de "proclamação da independência" é mais um acordo tácito entre partes do que qualquer outra coisa, uma vez que, logo após a proclamação, Pedro I aceita pagar por um empréstimo exorbitante que a coroa portuguesa havia feito com a Inglaterra.

Tal pagamento visava indenizar (?!) Portugal por ter perdido uma colônia. O bordão de "independência ou morte" diz pouco do processo real, que continuou urdido sobre a dependência econômica do país junto a outras potências imperialistas e sobre a matriz de trabalho escravo. Vale ressaltar, por exemplo, que, em 1831, Pedro I estabelece o Código Criminal do Império, que prescrevia pena de morte à pessoa negra que "ofendesse" seu senhor ou outro membro de sua família.

O jornalista Tiago Rogero compilou mais de dois anos e meio de um excelente trabalho de pesquisa no *podcast Projeto Querino*, com a produção da Rádio Novelo, e dividido em oito episódios. O *podcast* é uma ótima oportunidade para quem deseja compreender os principais episódios da história do Brasil por meio de um olhar afro centrado.

Já no primeiro episódio, aprende-se que o prédio que conhecíamos como Museu Nacional (incendiado em 2018) havia sido o palácio (de São Cristóvão) de residência oficial da família real e das subsequentes famílias imperiais. Tanto o prédio quanto a Quinta da Boa Vista, onde ele fica localizado, foram doados a essas famílias por Elias Antônio Lopes, um traficante de pessoas escravizadas.

A estrutura brasileira de poder "nacionalista" está, desde o início, enraizada no que havia de mais podre e condenável naquele tempo. Toda a riqueza produzida pela colônia e depois pelo País foi gerada através da exploração mais abjeta das vidas dos povos indígenas e africanos e de seus descendentes.

A teoria marxista da dependência é outro aporte que nos auxilia a pensar de forma crítica a dita "independência" do Brasil. A experiência capitalista nacional tem a especificidade de ocorrer num tempo histórico que já não é aquele do desenvolvimento das experiências de capitalismo originário, mas, sim, de um capitalismo de monopólios. Essa teoria visa explicar a relação entre nações que, formalmente, são livres e capitalistas, mas que perpetuam uma forma de troca colonial, na qual a periferia do sistema transfere valor ao seu centro. Dessa forma, a desigualdade é perpetuada como condição estrutural para o funcionamento desse sistema econômico.

Autores como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Jaime Osório entendem o atraso latino-americano como a ausência das possibilidades materiais de autodeterminar os destinos e os rumos dos nossos povos e economias – mantidos em papéis subalternos.

Entender que, 200 anos após a "independência", o País siga cumprindo o papel de "celeiro do mundo" é compreender de que forma a industrialização, a elevação nos níveis de produção de ciência e tecnologia ou mesmo a melhora na infraestrutura para a população não figuram como interesses das classes dominantes. Suas lógicas de acumulação de riqueza prescindem de tais práticas. A exportação de soja *in natura* ou de petróleo cru são dois exemplos desse cenário.

Se, após 200 anos, seguimos economicamente dependentes e empobrecidos, tecnologicamente sucateados, politicamente subalternizados, humanamente degradados, violentados e famintos, há de se perguntar: que independência seria essa da qual falam aqueles que ocupam as ruas com vergonhosas demonstrações militares?

Em seus veículos que emperram e seus paraquedistas que não aterrissam, e com seus discursos subservientes a Israel, suas continências batidas à bandeira estadunidense, suas abjetas posturas "conservadoras" e "imbrocháveis", quem são os imbecis que veem independência onde jaz uma terra arrasada? Não queremos essa "independência". Queremos revolução. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Um retrato anticelebratório

SÉRIE *Independências*, exibida pela TV Cultura, enfrenta os apagamentos impostos pela visão oficial do Império

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

O centenário da independência, em 1922, é hoje lembrado pela erupção modernista que propôs reimaginar o Brasil. Os 150 anos foram celebrados pela ditadura militar com ufanismo e nas imagens empoeiradas de *Independência ou Morte*. O bicentenário chegou e encontrou um país órfão de imagens.

Em meio a esse estado de catalepsia, a série *Independências* tem o efeito de despertar quem fica deitado eternamente em berço esplêndido. O projeto da TV Cultura foi desenvolvido ao longo de um ano e meio e tem o diretor Luiz Fernando Carvalho como sua face mais reluzente.

A ambição dos 16 episódios, cuja exibição começou na quarta-feira 7, é ir além da celebração para indagar o que somos.

"Duvido da celebração, não concordo com ela. Duvido um pouco da ideia de nação e duvido também se somos uma democracia. Duvido, sobretudo, das representações, das imagens desse passado. Por isso, *Independências* vai na contramão da celebração", provoca Carvalho.

Autor de um filme excepcional, *Lavoura Arcaica* (2001), e diretor de minisséries como *A Pedra do Reino* (2005) e de novelas como *O Rei do Gado* (1996-1997), Carvalho aceitou o convite como um desafio.

"*Independências* surgiu como oportunidade para refletir sobre a brasilidade, algo que sempre fiz em meus trabalhos", diz. "O projeto tinha uma abertura que permitia fazer ética e esteticamente uma reflexão sobre o País, incluindo os apagamentos impostos pela visão oficial do período imperial."

Na contramão das comemorações oficiais que se fantasiam de verde e amarelo e ostentam um coração conservado em formol, *Independências* não pretende erigir mais um monumento ao passado.

A diferença que salta aos olhos, logo no primeiro episódio, é a restituição do papel das matrizes africana e indígena na constituição da identidade multifacetada do Brasil. A inclusão não se revela somente como representatividade ou espaço na tela.

Os personagens de origens africanas e indígenas dividem o protagonismo com os portugueses, têm capítulos separados na estrutura dos episódios e se expressam nas línguas originais.

A ênfase na pluralidade não se resume a este modelo narrativo distributivista: ela constitui a própria linguagem de *Independências*. O desenvolvimento da série contou com a contribuição de pesquisadores, professores de filosofia africana,

Direção. Luiz Fernando Carvalho restitui o papel das matrizes africana e indígena na identidade brasileira

TV CULTURA E REDES SOCIAIS

mestres de cultura indígena, poetas e escritores, além de historiadores.

"Desde a escrita, nossa primeira atenção foi buscar essas vozes, que sempre estiveram fora das versões oficiais, e incorporar as coordenadas que ficaram apagadas", explica. "Quando fiz *Lavoura Arcaica*, me dei conta das coordenadas mediterrâneas em nós, da sobrevivência da tragédia grega. Neste projeto, me dei conta de várias coordenadas, das africanas às indígenas."

Os saberes trazidos pela gama de especialistas não visaram, como é comum em produções históricas, saciar a ânsia de fidelidade. O que eles fizeram foi dar aos criadores liberdade para experimentar diferentes modos de ver e de interpretar.

"As culturas não brancas, não europeias, não obedecem ao padrão narrativo em que tudo tem início, meio e fim. As cosmogonias da matriz africana e indígena, por exemplo, não são lineares, progressivas. Elas são circulares", descreve o diretor. "Essas cosmogonias estavam integradas ao cotidiano da sociedade urbana do Brasil no século XIX. Não tem como apagá-las."

Nesse sentido, *Independências* pode assombrar o espectador acostumado ao padrão da produção audiovisual contemporânea. A narrativa convida a outro tipo de experiência, desvinculada do encadeamento de situações e livre das convenções da dramaturgia.

> "Duvido da ideia de nação e duvido se somos uma democracia. Duvido, sobretudo, das representações desse passado"

A expansão da linguagem e dos temas encontra na estética das imagens uma nítida posição dissidente. As representações icônicas da história, da qual o quadro *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, é um paradigma, impuseram um cânone.

"Minha busca por imagens serpenteia o cânone, conversa com ele e o desafia. Eu quis desafiar clichês absurdos, como o do negro vestido com saco de batata, esse clichê inventado pela civilização europeia que se perpetuou como imagem do passado", diz o diretor. "No fim das contas, tento fazer uma reflexão sobre a branquitude, sobre a colonialismo, sobre o que nós, enquanto herdeiros de uma cultura branca, fizemos com as outras potências que nos habitam."

O desafio não é pequeno. Além de projetar novas imagens do que foi apagado ou extinto, a série evita reproduzir a iconografia herdada, aquela que até hoje coloniza o nosso imaginário.

Nas cenas da corte portuguesa em que se reconhecem personagens, por exemplo, os elementos cênicos, a maquiagem e até a atuação parecem alterados. Em vez de serem representadas como nos retratos expostos em museus e reproduzidos nos livros de história, as personagens são vistas como se estivessem defronte de espelhos que distorcem as figuras, tornando-as disformes, grotescas.

O excesso visual e o antinaturalismo, marcas de estilo, deram a Luiz Fernando Carvalho um lugar distinto na tevê. Agora, ele dá um passo mais largo e confronta o espectador com um país de extremos, admirado por seu imaginário abundante e, ao mesmo tempo, incapaz de se ver. •

A escritora e seus fantasmas

The Observer Em *Manifesto*, Bernardine Evaristo, primeira autora negra a ganhar o Booker Prize, esmiúça a criação literária e fala sobre política e perseverança

POR KADISH MORRIS

Bernardine Evaristo sempre sonhou ganhar o Booker Prize. Quando *Lara*, romance em versos que ficcionaliza a história de sua família, foi publicado, em 1997, ela escreveu uma nota dizendo que um dia receberia o prestigioso prêmio. "Uma louca fantasia, porque eu estava tão longe de ganhá-lo quanto poderia estar. No entanto, tinha visto como ganhar esse prêmio podia melhorar a carreira dos escritores", diz ela, em *Manifesto – Sobre Nunca Desistir,* livro de memórias sobre perseverança.

Mais de 20 anos depois, em 2019, Bernardine ganharia o Booker por *Garota, Mulher, Outras* (Companhia das Letras, 2020), romance de múltiplas vozes sobre a feminilidade negra britânica. Mas o prêmio foi dividido com Margaret Atwood. A decisão gerou polarizações. Alguns disseram ser uma decepção que as regras fossem rompidas para dividir o prêmio, justamente na primeira vez que uma mulher negra era vencedora. Em *Manifesto*, ela deixa clara sua posição: "Duas mulheres, duas raças, duas nações, duas gerações – dois membros da raça humana".

Esse tipo de discurso a respeito de igualdade aparece com frequência no novo livro. "Gostávamos das mesmas músicas e programas de televisão, respirávamos o mesmo ar, comíamos a mesma comida, tínhamos os mesmos sentimentos – humanos", escreve, sobre seu desejo de se encaixar no grupo de amigos brancos.

Esses sentimentos não se aplicavam, porém, ao pai nigeriano. "Sentia vergonha de sua pele muito escura, e lembro que atravessava a rua quando o via andando na minha direção", revela. "Era racismo internalizado, puro e simples." Os males externos também a atormentavam. Tijolos foram atirados contra a janela da casa e tentaram alertar sua mãe por "produzir mestiços inferiores". Mais tarde, foi rejeitada em inúmeros ambientes criativos. "Qualquer pessoa preta que se inscreve na maioria das escolas de teatro se depara com o racismo institucional."

MANIFESTO – SOBRE NUNCA DESISTIR

Bernardine Evaristo. Tradução: Camila von Holdefeder. Companhia das Letras (232 págs., 69,90 reais)

Bernardine, 62 anos, era um dos oito filhos de um casal formado por uma mãe inglesa e um pai africano. Filha do meio, com "muita personalidade", cresceu em uma casa de 12 quartos em Woolwich, no sudeste de Londres, que poderia ser o cenário de uma série cômica.

Um episódio seria sobre a banheira que seu pai comprou, mas nunca instalou, obrigando toda a família a se lavar em pias. Outro se concentraria na garagem que ele construiu sem teto e nas vigas nuas pelas quais ele caiu no sótão. Os Evaristo receberam inquilinos ao longo dos anos, entre eles uma família de Goa, na Índia. "A casa deve ter gemido sob o peso de tantos moradores", escreve.

Ela narra sua história habitacional quando adulta, de um quarto pintado do chão ao teto com "tinta brilhante vermelha", em uma moradia coletiva destinada à demolição, a um apartamento alugado em Notting Hill, no oeste de Londres, invadido pelo filho do senhorio enquanto ela estava em um retiro de escritores. "Ele havia vencido. Eu tinha 42 anos. Ele era um merda de 19." Este é um capítulo muito esclarecedor. Embora a habitação seja raramente discutida nas indústrias criativas, ela é, especialmente nas grandes cidades, uma barreira ao sucesso.

"Minha vida criativa está inextricavelmente entrelaçada com meus envolvimentos românticos com outras pessoas", lembra, num capítulo que cataloga suas

JENNIE SCOTT

Viagem de descoberta. A autora inglesa de origem nigeriana venceu o prêmio em 2019, por *Garota, Mulher, Outras*. Em seu novo livro, lançado agora no Brasil, ela conduz o leitor por sua lenta, mas resoluta, caminhada até o topo

paixões, aventuras, relacionamentos e sexualidade. Ficamos sabendo de um caso amoroso a longa distância com uma holandesa e da "Dominatriz Mental", uma mulher com o dobro de sua idade e psicologicamente controladora.

"Uma vez, houve o lançamento de um livro com leituras de uma antologia que apresentava alguns dos meus poemas. A DM me convenceu de que ela era melhor para ler minha poesia que eu", lamenta. Mesmo quando as coisas ficaram violentas, não foi fácil sair. Mas uma aventura com um "homem dócil, doce e espiritual" restaurou seu senso de identidade. "Se eu tivesse ficado com a DM, teria parado de escrever."

Bernardine detalha as histórias de fundo de cada um de seus livros, incluindo *The Emperor's Babe* (2001), *Soul Tourists* (2005) e *Blonde Roots* (2009), e a caótica solução dos problemas envolvidos em sua criação. "Se eu tivesse que escolher apenas um dos meus livros para dar ao meu eu mais jovem para ler, seria *Garota, Mulher, Outras*. Acho que ela ganharia muito com isso", diz.

O fato de Bernardine não ter sido um sucesso da noite para o dia significou que, em sua lenta, mas resoluta caminhada até o topo, ela conseguiu ver as rachaduras nas indústrias criativas e melhorar a vida das pessoas marginalizadas, fundando uma série de instituições voltadas ao aprimoramento de criadores e artistas negros.

Sua contribuição para a literatura é incontestável, mas curiosamente ela não recebeu até hoje uma única condecoração do império britânico. "Você não pode divorciar a história imperialista da Grã-Bretanha de sua identidade nacional", escreve, em *Manifesto*, refletindo sobre o momento em que começou a aprender a história negra.

Agora, admite, já não "joga pedras na fortaleza" e, em vez disso, senta-se nos seus aposentos "tendo conversas educadas, persuasivas e persistentes sobre a melhor forma de transformar infraestruturas ultrapassadas". Adiante, diz, porém, que "a sociedade opera através de redes poderosas e muitas vezes impenetráveis que sustentam suas hierarquias tribais". A política de *Manifesto* às vezes parece confusa. Mas, certamente, os leitores ficarão gratos pela visita guiada à mente de uma pioneira literária. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Atletas tipo exportação

▶ A atual direção do Botafogo pretende formar a melhor base do futebol brasileiro. Mas isso será feito com qual propósito?

Vivemos dias de definições em todos os campos. O momento nos traz oportunidades extraordinárias para a nossa libertação definitiva e contribui para um mundo equilibrado, uma vez que os desacertos políticos fazem do meio ambiente um problema crucial. A guerra na Ucrânia prolonga-se e, aos poucos, perde espaço no noticiário. Triste ver um conflito armado sendo normalizado. E nós, por aqui, a desperdiçar tempo vendo a banda passar. Lá se foi mais um 7 de Setembro. Independência, que é bom, nada. Só o desfile fantasioso e vazio de qualquer consistência.

A turma parecia vestida para aquelas célebres "palestras motivacionais", que mais se assemelham a cultos fanatizantes. Vamos em frente, que não há tempo a perder. Precisamos ficar livres de tanta desgraça, o quanto antes. No dia a dia, "a gente vai levando", como sugeriu Chico Buarque em tempos bicudos. Viveremos um calendário intenso até o fim do ano: eleições, Copa do Mundo, Natal e Réveillon. Em meio a tantos acontecimentos, as competições esportivas vão sendo decididas uma em cima da outra. A Libertadores, torneio mais importante deste lado do mundo, terá dois rubro-negros na final: Athletico Paranaense e Flamengo.

Na Sul-Americana, o equatoriano Independiente del Valle aguarda a definição do adversário na decisão. São Paulo e Atlético Goianiense enfrentam-se na quinta-feira 8, às 21h30, após o fechamento desta edição. Quando o leitor folhear a revista, certamente já saberá quem chegou à final.

O nosso campeonato mais importante, o Brasileirão, mostra o contorno das transformações surgidas no decorrer da temporada, que começou com quatro favoritos: Palmeiras, Flamengo, Atlético Mineiro e Athletico Paranaense. Clubes com diferentes trajetórias na competição e vivendo o momento de modo igualmente distinto.

O Palmeiras iniciou como o mais cotado, foi perdendo fôlego nas outras competições. Agora, o alviverde paulista lidera com boa vantagem. O Brasileirão deve salvar o ano para o time.

O clube mineiro parecia folgado em seu conjunto, agora caminha claudicante para a reta final. Quem foi subindo aos poucos e, no momento, aparece forte é o Athletico Paranaense, que andou tropeçando e recorreu à experiência de Felipão para se estabilizar. O time chegou à final da Libertadores, uma decisão entre dois times brasileiros.

Na difícil transição do elenco desgastado pelo tempo, o Flamengo, que se mostrava confuso no acomodado costume brasileiro de resolver maus momentos trocando treinadores, equilibrou-se chegando à terceira final de Libertadores, com o melhor grupo de jogadores, em número e em qualidade, para cumprir o calendário estafante.

No meio disso tudo, a (des)organização geral acena com a possibilidade de entendimento entre os dois grupos que pretendem formar a Liga Independente, o Forte Futebol e a Libra. Eles buscam acomodar a situação de promoverem o campeonato brasileiro, deixado de mão pela CBF, mas emperrado nos valores da distribuição das arrecadações.

Por cima de tudo, avança a transformação dos clubes em Sociedades Anônimas do Futebol, as ditas SAFs. Vemos o caso do Atlético Mineiro, que anunciou ter a maior dívida entre os times brasileiros, e agora arruma uma saída. Esse é o grande dilema dos nossos clubes. As notícias dão conta de que nem sempre a simples transformação em SAF é possível, e citam numerosos casos de bancarrotas pelo mundo.

O que causou maior impressão nestes dias foi a apresentação do Botafogo em seu confronto com o Fortaleza, com uma postura completamente nova. Em tão pouco tempo, um grupo totalmente renovado brilhou. Fica a expectativa da manutenção dessa mesma postura ao longo da temporada, A confiança no planejamento tem permitido a manutenção do técnico, mesmo diante da irregularidade na campanha do alvinegro.

Chamou atenção a entrevista revelando que a direção atual quer fazer do Botafogo a melhor base do futebol brasileiro. Passa a ideia da criação de um entreposto, um celeiro de atletas do tipo exportação. Eis o reflexo do avanço da globalização no mundo do esporte. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

RIAD YOUNES

Quem disse que é normal?

▶ Novos estudos contestam os significados de normalidade e nos estimulam a repensar e reavaliar os nossos preconceitos e a própria prática médica

O normal não existe. Esta é a ideia por trás de anos de estudos resumidos no excelente livro *Sou Normal? Os 200 Anos de Procura por Pessoas Normais (e Por Que Elas Não Existem)*, de Sarah Chaney, pesquisadora da Universidade Queen Mary, em Londres.

Sara defende a tese de que a humanidade fez, e continua fazendo, um esforço gigante para construir um "conceito de normal", por meio do qual julgamos tudo ao nosso redor e criamos a classificação de normal ou anormal. "Antes de 1820, a palavra normal não era usada para se descrever ou descrever outros, nem por cientistas ou médicos para entender as populações humanas", escreve. "O conceito era usado em matemática, para triângulos, equações e fórmulas. As pessoas não eram normais, as linhas e os cálculos eram."

Mas, progressivamente, esse termo se disseminou e foi sendo aplicado nos meios científicos, até se tornar corriqueiro. Segundo a autora, começaram a surgir evidências de que os cientistas ocidentais criaram a tese do "normal" como meio de segregar os "outros", definindo indivíduos ou comunidades em relação aos "padrões ocidentais de como a pessoa tinha de ser".

Houve um grande campo de pesquisas médicas e sociológicas que estabeleceram como normal o branco, ocidental, colonizador e opressor. Surgiu então a obsessão pela normalidade, que culmina com a atual ansiedade de pertencer à ilusão da normalidade exacerbada, a partir da internet, pelas mídias sociais.

Grande parte desse trabalho foi desenvolvida, desde os primórdios do século XIX, por cientistas racistas, promotores da eugenia. Os conceitos a respeito do que é normal e aceitável foram, desde então, enraizados e estatisticamente quantificados de modo a estigmatizar e segregar "minorias, incapazes, degenerados e colonizados" – esses passaram a ser considerados os "anormais" e viram a legitimação de sua suposta inferioridade.

Sarah Chaney conclui que "a ideia que um grupo majoritário existe e que personifica o que é chamado de normal é uma ilusão". Apesar de serem interessantes e coerentes as conclusões da autora, não podemos negar que o conceito de normalidade – além de ter implicações sociais e políticas – exerce um papel importante na medicina diagnóstica atual.

AM I NORMAL? THE 200-YEAR SEARCH FOR NORMAL PEOPLE (AND WHY THEY DON'T EXIST)

Sarah Chaney. Wellcome Collection (eBookKindle, 91,88 reais)

Após a realização de milhares de estudos, e a eles incorporada a tecnologia atual, foram estabelecidos padrões – ou faixas – de valores normais considerados saudáveis. Essas faixas, na maioria das vezes, independem de raça e até de sexo, embora existam situações nas quais valores normais são diferenciados por sexo, idade e hábitos sociais. É o caso, por exemplo, dos valores de hormônios masculinos e femininos, das enzimas por faixa etária e dos marcadores tumorais em fumantes e não fumantes.

Esses valores foram estabelecidos pelo simples fato de, fora da faixa considerada normal em um determinado exame, a pessoa começa a ter riscos mais elevados de apresentar problemas sérios de saúde.

Potássio acima ou abaixo dos valores normais pode aumentar o risco de arritmias e de parada cardíaca. A saúde começou a ser medida e quantificada por exames e valores dentro da normalidade. Houve uma explosão de laboratórios, tecnologias e instituições dedicados à mensuração de tudo no corpo humano.

Junto veio o exagero de medir o irrelevante e tratar o resultado do exame e não mais o paciente. Sabemos, contudo, que valores normais em exames nem sempre definem o saudável. Esse conceito por vezes escapa a muitos profissionais da área de saúde.

Em editorial recentemente publicado na revista médica *The Lancet*, Vaughan Bell alerta para a complexidade do conceito de normalidade nas sociedades e o perigo de marginalização de pessoas, comunidades e até de raças, sem esquecer do seu papel na medicina moderna.

O artigo de Bell e o livro de Sarah nos estimulam a repensar e a reavaliar os nossos preconceitos à luz da ilusão do normal. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

PRIMEIRA VEZ
DIZEM QUE ELA FAZ ATÉ UM BARULHINHO PARA AVISAR: FIM. CHEGA, A-CA-BOU!
OS FASCISTOIDES SURTAM!

#SOMOSTODOSCAIXA

Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura.

A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.

O Pessoal da Caixa abre os braços
pra junto com o povo brasileiro fazer este país
Campanha da FENAE em defesa da Caixa pública e social
e da valorização do Pessoal da Caixa